2025

ESCOLA MUNICIPAL
PAULO GONTIJO

[PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO]

2025

[PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO]

Instrumento que reflete a proposta educacional da **Escola Municipal Paulo Gontijo**, expressando o planejamento do trabalho coletivo da comunidade escolar, cujas responsabilidades, pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos.

Um livro, uma caneta, uma criança e um professor podem mudar o mundo.

Malala Yousafzai

Sumário

1- Apresentação.....6
2- Dados da Unidade Escolar..... 6
3- Histórico..... 7
4- Missao..... 8
5- Diágnostico..... 8
5.1. - Aprendizado, Fluxo, Distorção série-idade, IDEB, Meta..... 8
5.2. - IDEB da Instituição..... 8
5.3. - SAEGO ALFA..... 9
5.4. - Avaliação de Fluência Leitora - Percentuais de Entrada e Saída 9
5.5. - Resultados Finais do Ano Anterior..... 10
5.6. – Analise Swot..... 10
6. - Objetivos..... 12
6.1. - Objetivo Geral..... 12
6.2. – Objetivo Específico 12
7.- Fundamentos da Educação Básica.....12
7.1. - Princípios Legais.....12
7.2. - Princípios Epistemológicos.....13
7.3. - Princípios didático-pedagógicos.....13
7.4. -Princípios Éticos 15
7.5. Princípios Estéticos 15
8. - Estrutura e Funcionamento da Instituição 15
8.1. - Escola das Adolescências 15
8.2. - Organização Administrativa e Pedagógica 17
8.3.- Espaço Físico, instalações e equipamentos 17
8.4.- Organização das turmas e Participação Discente 18
8.4.1. - Educação Infantil 18
8.4.2. - Ensino Fundamental I e II 18
8.4.3. AEE – Atendimento Educacional Especializado 19
9. - Regimento Escolar 19
9.1. – Conselho de classe 19
9.2. -Recursos humanos 20
9.2.1. - Gestão Administrativa e Pedagógica 20
9.2.2. -Docentes 21
9.2.3. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais.....22
9.2.4. - Monitoras do IEL 22
10. - Organização Curricular 22
10.1. -Educação Infantil 22
10.2. - Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.....24
10.3. - Orientações Metodológicas e Intervenção Pedagógica..... 28
11. - Projetos Pedagógicos..... 35
11.1. - Projetos municipalizados e institucionais 35
11.2. - Projetos da Instituição 49
12. - Temas Transversais 53
12.1. - Sala Maker..... 54
12.2. - Laboratório de Informática.....54

13. - Avaliação.....55
13.1. - Critérios de Avaliação..... 55
13.1.2. - Educação Infantil.....55
13.1.3.- Ensino Fundamental 55
13.1.4. - Ciclo de Alfabetização 1º e 2º ano.....55
13.1.5. - Ensino Fundamental (2º ao 9º ano) 56
13.1.6. - Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva 56
14.- Recuperação Paralela..... 57
15. – Recuperaçao Especial..... 58
16. - Progressão Parcial..... 58
17. - Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição..... 59
18. - Referências Bibliográficas 63
19. – Ata de aprovação..... 66
20. – Anexos 67

1. Apresentação

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Paulo Gontijo, se apresenta como a revelação da identidade da Instituição, de suas concepções e de seus sonhos. Além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da Escola, bem como sua organização e gestão curricular para subsidiar o seu Regimento Escolar e sua Proposta Pedagógica, documentos que são balizadores das ações educativas. O Projeto Político Pedagógico além de ser o eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida no estabelecimento de ensino, proporciona a busca da identidade da escola, tendo por finalidade o comprometimento na construção de uma sociedade mais humana e democrática, vendo o homem como ser social e sujeito da educação. O planejamento é um modo de ordenar a ação tendo em vista os fins desejados, e por base conhecimentos que deem suporte ao objetivo, à ação; é um ato coletivo, não só devido a nossa constituição social, como seres humanos, mas, de que o ato escolar de ensinar e aprender são coletivos. A parceria depende da entrega a um objetivo ou tarefa que seja assumida por todos. Sendo assim, o político e o pedagógico são indissociáveis, de maneira que o projeto político-pedagógico deve ser considerado um processo constante de discussão e reflexão dos problemas vivenciados pela comunidade escolar, além de possibilitar a busca de alternativas para efetivar a sua real intenção.

2.Dados da Unidade Escolar

<table>
<tr><td colspan="3">Nome:
Escola Municipal Paulo Gontijo</td></tr>
<tr><td colspan="3">Endereço:
BR 050 KM 113</td></tr>
<tr><td colspan="3">Endereço Eletrônico:
escolapaulogontijo@cristalina.go.gov.br</td></tr>
<tr><td colspan="3">Localização:
Zona Rural – PA Vista Alegre</td></tr>
<tr><td>CNPJ:
Nº 05729515/0001-40</td><td>Código INEP:
Nº 52045790</td><td>Forma de Manutenção:
Pública, mantida pela PMC.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Lei de Criação:
Nº 1175 de 29/11/2005</td></tr>
<tr><td colspan="3">Ato Autorizativo em Vigor:
Nº 120 de 30/11/2022 com vigência até 30/11/2025</td></tr>
<tr><td colspan="3">Níveis e Modalidades Ofertados:
Educação Infantil – Pré-Escola
Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais</td></tr>
<tr><td colspan="3">Turnos/Horário de Funcionamento Pedagógico:
Matutino – 7:30h às 11:50h</td></tr>
</table>

3.Histórico

Podemos dizer que o homem torna-se homem, na identificação do outro como outro de si, é um ser social, criativo, capaz de interagir entre si e transformar a natureza. Essas transformações espelham-se na Educação nos diferentes períodos; as mudanças ocorridas na nossa história refletem- se no modelo pedagógico. O ser humano, enquanto criador e criativo, mostra ao mundo as transformações que vão ocorrendo, tanto com a sociedade, quanto com o próprio homem, através da arte, contando sua história, mostrando suas angústias, anseios e vitórias. A Educação é a forma de construção de conhecimentos e atitudes necessárias para integração do homem à sociedade. Portanto, acontece em dois momentos distintos: primeiro como educação familiar. Organização do Conhecimento: momento em que, sob a orientação do professor, os conhecimentos necessários para a compreensão dos temas e da problematização inicial são estudados. Conhecedores da importância do papel da escola, alguns moradores do Assentamento Vista Alegre se dispuseram a buscar recursos para implantar uma escola local que atendesse os filhos dos parceleiros.

Diante do esforço dessas pessoas, foi possível com o apoio do governo estadual em parceria com o município de Cristalina – GO, implementar a extensão da Escola Municipal Estrela do Sul, que já funcionava na Agropecuária Estrela do Sul (fazenda da região). Com a evolução dos anos a escola foi crescendo gradativamente e cada vez se modernizando uma escola de Zona Rural igual a Paulo Gontijo são poucas que existe, pois, esta escola hoje tem uma estrutura maravilhosa que atende 140 crianças com café da manhã e almoço, uma biblioteca com seu acervo atualizado, salas de aulas arejadas e todas com ventiladores, laboratório de informática com equipamentos de última geração, duas redes de internet, cozinha totalmente reformada para atender a clientela. Escola Paulo Gontijo hoje assim com esse nome passou por várias transformações e chegou no nível que se encontra hoje, um lugar agradável onde os alunos se sentem em casa. A escola também conta com uma equipe de profissionais todos preparados para atender todas as necessidades dentro da área da educação. “O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram. ”

4.Missão

“Promover uma educação de qualidade para todos os alunos, levando-os a construir sua história com responsabilidade, dignidade e autonomia, contribuindo para uma sociedade mais justa, fraterna e feliz.

5.Diagnóstico

5.1. Aprendizado, Fluxo, Distorção série-idade, IDEB, Meta

5.2. IDEB da Instituição

		Aprendizado	Fluxo	IDEB	Meta
ANOS INICIAIS	2019	5,15	0,78	4.0	4.4
	2021	5,68	0,97		5,5
	2023	4,31	0,88	3,8	
ANOS FINAIS	2019	4,98	0,68	3.4	5.5
	2021	5,03	0,95		4,8
	2023	4,1	0,95	3,9	

Fonte de pesquisa http://www.qedu.org.br

5.3.SAEGO ALFA

SAEGO ALFA 2° ANO									
LÍNGUA PORTUGUESA					MATEMÁTICA				
2023		2024			2023		2024		
% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	EVOLUÇÃO	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	EVOLUÇÃO
100%	570	92%	636	66	100%	698	92%	634	-64
LÍNGUA PORTUGUESA (Escrita)									
100%	603	92%	597	-6					

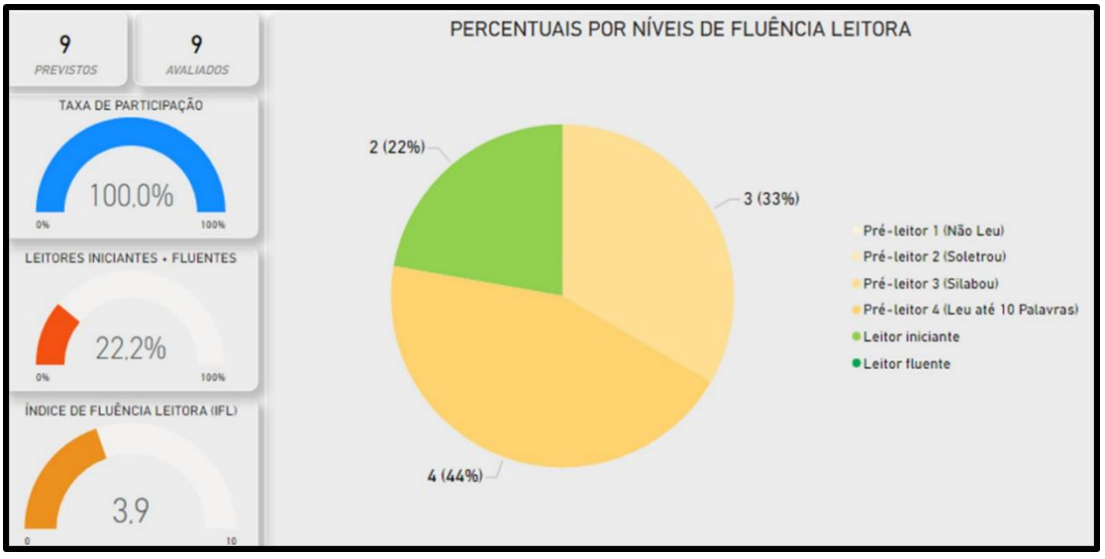
FONTE: Resultado Saego Alfa 2023/2024

SAEGO ALFA 5° ANO									
LÍNGUA PORTUGUESA					MATEMÁTICA				
2023		2024			2023		2024		
% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	EVOLUÇÃO	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	EVOLUÇÃO
85%	178	100%	206	+8	85%	185	100%	215	+8

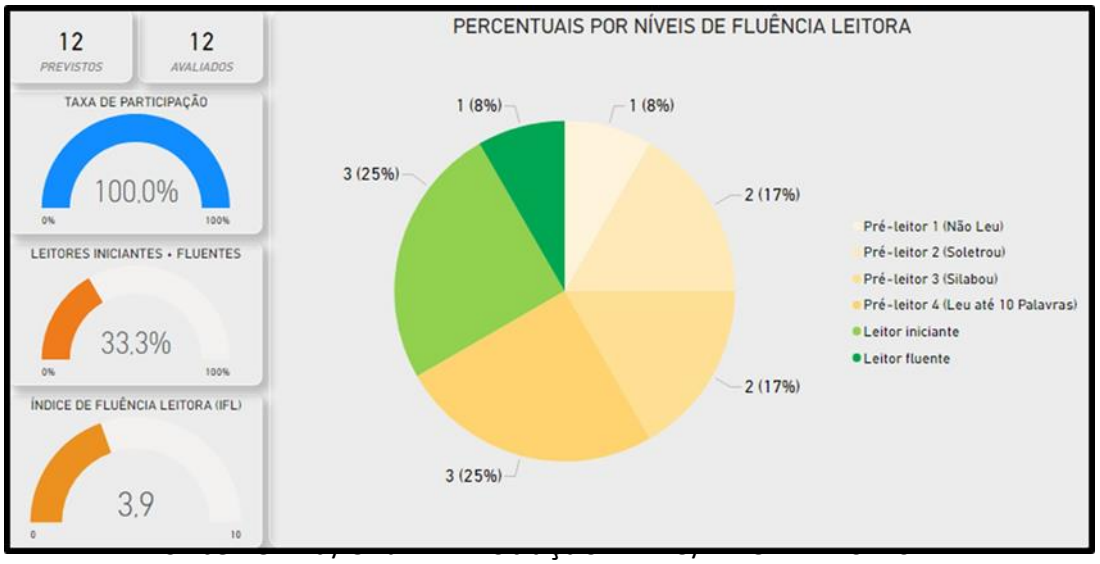
FONTE: Resultado Saego Alfa 2023/2024

5.4. Avaliação de Fluência Leitora - Percentuais de Entrada e Saída

2024- ENTRADA



2024- SAÍDA



5.5. Resultados Finais do Ano Anterior

Série	Matrícula Inicial	Transferidos	Evadidos	Matrícula Final	Aprovados	Reprovados	% Aprov.	% Repr.
Agrup. 4 anos	15	05	0	10	10	0	100%	0%
Agrup. 5 anos	14	02	0	12	12	0	100%	0%
1º Ano	14	04	0	10	10	0	100%	0%
2º Ano	21	10	0	11	9	2	81,2%	18,18%
3º Ano	15	05	0	10	9	1	90%	10%
4º Ano	23	08	0	15	14	1	93,33%	6,67%
5º Ano	27	08	0	19	19	0	100%	0%
6º Ano	17	03	0	14	14	0	100%	0%
7º Ano	27	08	0	19	19	0	100%	0%
8º Ano	17	03	0	14	14	0	100%	0%
9º Ano	54	21	1	32	31	0	96,88%	0%

Fonte Ata de Resultado Final 2024

5.6. Análise SWOT
(Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças)

A Análise SWOT é uma ferramenta estratégica que visa identificar e compreender as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da escola, contribuindo para o planejamento e a tomada de decisões. A partir dessa análise, é possível traçar estratégias que potencializem os pontos fortes da instituição, minimizem os pontos fracos, aproveitem as oportunidades externas e enfrentem as ameaças, criando ações por meio de projetos ou outras iniciativas que impulsionem a transformação e o aprimoramento contínuo da escola.

Forças (Strengths)	Fraquezas (Weaknesses)
• Manter firme o regimento da escola, que envolvem a uniformização dos alunos, as leis e as normas a serem seguidas pela Instituição;	• **Falta de rotina de estudos em casa**: Muitas crianças não têm acompanhamento familiar para estudar fora da escola.

• Maioria dos alunos nas series adequadas;	• **Desinteresse parental**: Pais não participam ativamente das reuniões e não buscam informações sobre os filhos.
• Livros de didáticos atualizados;	• **Crianças sozinhas em casa**: Muitas ficam sem supervisão, afetando seu bem-estar e aprendizado.
• Alimentação de qualidade;	• **Influência das telas**: Uso excessivo de dispositivos eletrônicos, prejudicando o foco no estudo.
• Ambiente limpo e organizado;	• Estudantes com dificuldade de organização em planejar suas atividades do dia- a-dia;
• Funcionários qualificados (professores e administrativos);	• **Crianças criadas por avós**: Falta de acompanhamento adequado dos filhos, dificultando o desempenho escolar.
• Melhoria constante no ambiente escolar: ventiladores, pinturas, parque infantil;	• Falta de empatia;
• Maioria dos alunos nas series adequadas;	• Falta de conhecimento em tecnologia;
• Laboratório de Informática com equipamentos adequados com internet de qualidade;	• Desobediência às regras do regimento interno (Alunos);
• **Transporte escolar**: Garante o acesso à escola para alunos de áreas distantes.	• Infrequência escolar.
• **Liderança forte e comprometida**: Garantia de boa gestão e qualidade do ensino.	
Oportunidades (Opportunities)	Ameaças (Threats)
• Feiras, exposições e outros eventos culturais, artísticos e científicos; • Centro odontológico para atendimento dos alunos, funcionários e toda a comunidade; • Participação dos pais nos projetos desenvolvidos na escola; • Olimpíada de matemática OBMEP; • Olimpíada de Língua Portuguesa; • Programa Saúde na escola PSE (vacinação, exame de aptidão física).	• Famílias desestruturadas; • Falta de segurança (posto policial);
• Curso de primeiros socorros;	• Mudanças constantes das famílias nas fazendas aos redores;
• Sala de informática com equipamentos adequados com internet de qualidade;	• Falta constante de energia elétrica;
• Estagiários do IEL;	- **Desinteresse dos pais**: Falta de acompanhamento e apoio dos pais ao desempenho escolar dos filhos.
• Formação continuada;	- **Desigualdade educacional**: Diferenças no nível de preparação dos alunos, impactando a eficácia do ensino.
• Feiras, exposições e outros eventos culturais, artísticos e científicos;	• Déficit de funcionários efetivos.

6.Objetivos

6.1. Objetivo Geral

Conscientizar a comunidade da sua importância para aprendizagem do nosso aluno e para o bom desenvolvimento da Escola e da educação como um todo, no contexto social, político, cultural e econômico.

6.2. Objetivos Específicos

- Propiciar formas para que o aluno compreenda a sua importância no seu meio social;
- Utilizar técnicas e metodologias diversificadas para melhorar o nível de aprendizagem e consequentemente o índice de aprovação e o IDEB;
- Aumentar a proficiência dos discentes;
- Avaliações externas;
- Melhorar a percepção dos estudantes a respeito da importância da educação comprometida para a sua formação pessoal;
- Aperfeiçoar as práticas pedagógicas e a gestão escolar.
-

7. Fundamentos da Educação Básica

7.1. Princípios Legais

Dentre os documentos norteadores legais da Educação Básica estão a Lei nº 9.394/96, que estabelece atuais princípios e fins da educação brasileira definidos no título II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, nos artigos 2º e 3º. O artigo 2º afirma que "a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
VII - valorização do profissional da educação escolar;
VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
IX - garantia de padrão de qualidade;
X - valorização da experiência extraescolar;
XI- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A Lei nº 11.274/2006 que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. O objetivo é assegurar a todas as crianças um tempo maior de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem com mais qualidade.

Normas foram estabelecidas pela Lei nº 12.796/2013, essa lei modifica a Lei de Diretrizes e

Bases, tornando obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade. As redes municipais e estaduais de ensino têm até 2016 para se adequar e acolher alunos de 4 a 17 anos. O fornecimento de transporte, alimentação e material didático também será estendido a todas as etapas da educação básica. O atendimento à criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial e de sete para a jornada integral.

As alterações na Lei de Diretrizes e Bases também englobam educação especial como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Garantindo preferencialmente a ampliação do atendimento aos educandos na própria rede pública.

Houve ainda a inclusão, na Lei de Diretrizes e Bases, de dispositivo segundo o qual o ensino será ministrado, entre outros itens, em consideração com a diversidade étnico-racial.

Por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, norteia as relações de direitos vivenciadas pelos estudantes nas instituições escolares entre outros espaços e grupos de convívio.

7.2. Princípios Epistemológicos

As essências das ações educacionais serão pautadas na finalidade de assegurar o direito do aluno em obter um espaço propiciador para o seu desenvolvimento, fundamentado num projeto pedagógico, delimitador dos pressupostos teóricos condutores da dinâmica da instituição.
Neste pressuposto a educação assume contornos que privilegiam o educando, suas vivências, seus valores e normas de agir, tendo visão de homem centrada na experiência, na vida e na atividade.

A educação deve ser essencialmente lúdica, prazerosa, fundada nas mais variadas experiências e no prazer de descobrir a vida, colocando os alunos em contato com uma variedade de estímulos e experiências que propiciem a eles seu desenvolvimento integral. Essas ações são desenvolvidas e fundamentadas numa concepção interdisciplinar e totalizadora. As ações desenvolvidas devem fundamentar-se nos princípios de:

1) Educação ativa e relacionada com os interesses, necessidades e potencialidades do aluno;
2) Ênfase na aprendizagem através da resolução de problemas;
3) Ação educativa ligada à vida e não entendida como preparação para a vida;
4) Incentivo da solidariedade e não da concorrência.

Em síntese, a ação educativa da instituição de educação fundamental deve interpretar os interesses imediatos dos alunos e os saberes já construídos por eles, além de buscar ampliar o ambiente simbólico a que estão sujeitos, bem como comprometer-se em garantir o direito de estudante a que têm. Tomar parte no processo de educação para cidadania que envolve a formação de atitudes de solidariedade para com os outros; implica fazer gestos de cortesia, preservar o coletivo, responsabilizar-se pelas próprias ações e discutir aspectos éticos envolvidos em determinada situação.

Levando-se em conta as atuais concepções sobre a proposta de educação inclusiva esta deve ser aplicada a todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Nesta concepção a escola deve promover transformações que levem à inclusão social, preparando o educando com necessidades educacionais especiais, do ponto de vista cognitivo, com atendimentos pedagógicos específicos adaptados, a fim de permitir o desenvolvimento do aluno no sentindo de que esse possa adquirir consciência do valor da escola para a sua formação, o convívio social, desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetivas, física, cognitiva, ética, estética de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

7.3. Princípios didático-pedagógicos

Em conformidade com o art.22 e o art. 32 da Lei nº 9.394/96 (LDB), as propostas curriculares do Ensino Fundamental visarão desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, mediante os objetivos previstos para esta etapa da escolarização, a saber:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.
Dessa forma, a instituição, como a BNCC reconhece que a "educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza".

É imprescindível destacar que as competências gerais da BNCC interrelacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores. Essas competências gerais são:

COMPETÊNCIAS GERAIS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

7.4. Princípios Éticos

O princípio Ético propõe uma educação baseada na justiça, solidariedade, liberdade, autonomia, de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

7.5. Princípios Estéticos

O princípio Estético propõe o cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidade plurais e solitárias.

8. Estrutura e Funcionamento da Instituição

8.1. Escola das Adolescências

A Política Nacional Escola das Adolescências se integra ao Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens. Ela tem como objetivo construir uma proposta para os Anos Finais do Ensino Fundamental, que se conecte com as diversas formas de viver a adolescência no Brasil, que promova um espaço acolhedor e impulsione a qualidade social da oferta educativa, melhorando o acesso, o progresso e o desenvolvimento integral dos (as) estudantes. Essa é uma estratégia do Governo Federal de apoio técnico-pedagógico e financeiro para viabilizar o alcance das metas 2 e 7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 firmada pela lei 13.005 de junho de 2014 que propõe para esta importante etapa da Educação Básica:

Meta 2: universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada; Meta 7: Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 5,5 nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Os quatro grandes objetivos da Escola das Adolescências estão pautados na articulação, atendimento, acolhimento e aprendizagem para apoiarem a qualidade educacional sob a perspectiva da equidade. Para alcançar esses objetivos é necessário que ações da política garantam: uma transição entre etapas contínua; um clima escolar acolhedor e seguro; a articulação entre escolas, famílias e comunidades; a aprendizagem e o desenvolvimento integral para todos (as); a participação dos (as) adolescentes na vida escolar; a prevenção à violência e a promoção da cultura da paz. São cinco as dimensões que estruturam a implementação da política pelas Equipes Técnicas: currículo e práticas pedagógicas, cultura e clima escolar, infraestrutura, gestão, formação e acompanhamento, financiamento e equidade.

Essa é uma etapa da vida que envolve questões biológicas, mas também construções socioculturais. Não há uma delimitação exata que estabeleça quando começa e quando termina a adolescência, podendo inclusive variar muito a forma como se vê o ser humano a depender do grupo social - entre povos indígenas, por exemplo, os marcadores são diferentes daqueles da vida nas zonas

urbanas -, mas a idade é uma das referências mais utilizadas para defini-la. Pode-se tomar como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que considera adolescente a pessoa de 12 a 18 anos, e a Organização Mundial de Saúde (OMS), que a define como a faixa etária que vai dos 10 aos 20 anos. Compreender a etapa da adolescência e suas especificidades e potencialidades é o ponto de partida para a construção da Escola das Adolescências.

No contexto educacional, os indicadores de qualidade são métricos essenciais para monitorar e avaliar o desempenho dos sistemas educacionais. Na Política Nacional Escola das Adolescências, os indicadores devem abranger aspectos estruturantes da educação, como: procedimentos de avaliação da aprendizagem; frequência escolar; desempenho acadêmico; equidade na aprendizagem; combate ao racismo, sexismo, capacitismo e qualquer outro tipo de comportamento excludente e ou discriminatório; clima escolar; prática pedagógica inclusiva; e infraestrutura.

A etapa que abrange do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental enfrenta muitos desafios, mas o Programa Escola das Adolescências foca em oportunidades como:

- Promover a colaboração entre os entes federativos para reduzir desigualdades educacionais;
- Dialogar com interesses, contextos e demandas adolescentes;
- Potencializar o momento singular de desenvolvimento físico, emocional, intelectual, social e cultural para promover aprendizagens essenciais;
- Recompor aprendizagens, atuando para diminuir a evasão e o abandono escolar.

A política incentiva maior conexão com as características dos anos finais para apoiar a construção de trajetórias de sucesso escolar. Suas estratégias se dividem em 3 eixos: governança; organização curricular e pedagógica; e desenvolvimento profissional.

É essencial que os documentos curriculares, as práticas pedagógicas e os processos avaliativos considerem ao longo dos Anos Finais esse amadurecimento, com progressão adequada de conceitos e habilidades. Na escola e na adolescência, esses marcadores sociais da diferença se fazem presentes e podem ter diferentes significados e desdobramentos conforme o contexto de cada adolescente entre etapas de ensino.

É importante compreender a etapa da adolescência e suas especificidades, potencialidades, principais características e transformações como o ponto de partida para a construção da Escola das Adolescências. Além disso, reconhecer que o desenvolvimento é caracterizado pela diversidade, promovendo o estabelecimento de relações pautadas no respeito mútuo, garantindo que as diferenças não se convertam em desigualdades ou exclusões. A adolescência é uma fase de potencial único para a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos (as) estudantes, que deve ser respeitada e valorizad

8.2. Organização Administrativa e Pedagógica

A instituição apresenta como organograma de organização administrativa:

8.3. Espaço Físico, instalações e equipamentos

Dependências	Quantidade	Condições de Utilização	
		Adequado	Inadequado
Diretoria	NÃO POSSUI	-	-
Secretaria	1	X	-
Sala de professores	NÃO POSSUI	-	-
Sala de coordenação pedagógica	1	X	-
Sala de leitura ou biblioteca	1	X	-
Sala de TV e vídeo	X	-	-
Sala de informática	1	X	-
Sala de Recursos/AEE	1	X	-
Sala de ciências / laboratório	NÃO POSSUI	-	-
Auditório	NÃO POSSUI	-	-
Sala de aula	10	X	-
Almoxarifado	X	-	-
Depósito de material de limpeza	1	-	X
Despensa	1	X	-
Refeitório	NÃO POSSUI	-	-
Pátio coberto	1	X	-

Quadra de esportes descoberta	1	X	-
Quadra de esportes coberta	NÃO POSSUI	-	-
Cozinha	1	X	-
Sanitário dos funcionários	1	X	-
Sanitário dos alunos	8	X	-
Sanitário adaptados para crianças e/ou deficientes.	2	X	-
Rampas	1	X	-
Corrimão	NÃO POSSUI	-	-

8.4. Organização das turmas e Participação Discente

8.4.1. Educação Infantil

Período Matutino			
Agrupamento	**Turma**	**Nº alunos**	**Sala m²**
4 anos	1	05	48
5 anos	1	10	48
TOTAL DISCENTE		15	

FONTE: Livro de Registro de Matrículas 2025 – Sistema Megasoft

8.4.2. Ensino Fundamental I e II

Período Matutino			
Série/Ano	**Turma**	**Nº alunos**	**Sala m²**
1º ano	1	12	48
2º ano	1	14	48
3º ano	1	10	48
4º ano	1	08	48
5º ano	1	14	48
6º ano	1	15	48
7º ano	1	14	48
8º ano	1	14	48
9º ano	1	09	48
TOTAL DISCENTE	**110**		

FONTE: Livro de Registro de Matrículas 2025 – Sistema megasoft

8.4.3. AEE – Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) atende o público-alvo da Educação Especial na instituição, que são as crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação. É um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes. O AEE é realizado em uma sala de recursos multifuncionais (SRM). Os alunos são atendidos na escola.

O AEE ocorre em períodos específicos por semana, no contra turno. Em outros momentos, o profissional também realiza um diálogo constante com professores e estudantes.

Não é um reforço e nem uma sala em separado. O AEE é um serviço desenvolvido por um profissional especializado que, em parceria com o educador da turma, verifica as barreiras para a aprendizagem e escolhe ambientes e formas de trabalho adequadas para cada estudante.

A professora **DANIELA DA SILVA MARTINS** é a profissional responsável pelo AEE da instituição tem especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica.

São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I- Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos estudantes/crianças público-alvo da Educação Especial;

II- Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III- Organizar o tipo e o número de atendimentos aos estudantes/crianças na sala de recursos multifuncionais;

IV- Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V- Estabelecer parcerias com as áreas Inter setoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI- Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante/criança;

VII- Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes/crianças, promovendo autonomia e participação;

VIII- Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos estudantes/crianças nas atividades escolares, auxílio na elaboração e adequações curriculares e de ambiente.

9. Regimento Escolar

O regimento escolar é um conjunto de regras que definem a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas, como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente. Define os objetivos da escola, os níveis de ensino que oferece e como ela opera. Dividindo as responsabilidades e atribuições de cada pessoa, evitando assim, que o gestor concentre todas as ordens, todo o trabalho em suas mãos, determinando o que cada um deve fazer e como deve fazer.

O Regimento é uma reflexão que a escola tem sobre si mesma, baseado em princípios democráticos, de acordo com a legislação e a ordem que é aplicada no país, estado e município.

A Resolução CME nº 022 de 28/02/2024 que aprova o Regimento Escolar do Sistema Municipal de Ensino.

9.1. Conselho de Classe

O Conselho de Classe é uma oportunidade de reunir os professores com o objetivo de refletir sobre a aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Seu objetivo é favorecer uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma e/ou aluno.

No Conselho de Classe, mais do que decidir se os alunos serão aprovados ou não, objetiva-se encontrar os pontos de dificuldade tanto dos alunos quanto da própria instituição de ensino na figura de seus professores e organização escolar. Nele deve haver uma discussão coletiva onde serão apontadas dificuldades de alunos, professores e da instituição de ensino, a fim de buscar melhorias para o processo ensino-aprendizagem. Ele é um espaço democrático de construção de alternativas para o desenvolvimento da instituição de ensino e das estratégias para o atendimento aos que nela estudam.

A equipe pedagógica deve ter em mente os alvos educacionais a serem desenvolvidos e avaliados no processo de aprendizagem dos alunos. Esses alvos devem abranger atitudes de participação, respeito e responsabilidade; construção de conhecimento e apreensão de conteúdos e conceitos; e formação do caráter e da cidadania. Nesta prática avaliativa, cada aluno deve ser visto individualmente, em suas singularidades de comportamentos, aprendizagens e histórias particulares.

O Conselho de Classe, para cumprir sua função, exige dos professores um olhar cotidiano detalhado sobre cada indivíduo para que, durante a reunião, possam contar, explicar, lembrar e definir, a partir daquilo que observaram e obtiveram como informação sobre a aprendizagem, o desenvolvimento e a história de vida de cada aluno, assim como o tipo de progressão adequada para cada um deles.

É necessário que enquanto os alunos têm seu desenvolvimento avaliado, os professores também reflitam sobre a necessidade de reformular as práticas educativas a fim de levar sugestões para somar às reflexões que serão realizadas durante o Conselho de Classe. O processo dessa participação estudantil no conselho começa com os representantes de classe reunindo as opiniões sobre a postura de cada professor com a sala e da dinâmica de seu trabalho. Após o levantamento do que gostariam que fosse mantido e do que é passível de melhora, acontece o pré-conselho. Nele, representantes de sala se reúnem com a equipe gestora para relatar as dificuldades da turma com cada professor, apontar as melhorias desde as considerações do último conselho e também apontar os alunos que precisam de mais atenção.

É importante salientar que para que o Conselho de Classe seja contabilizado como dia de efetivo trabalho escolar, integrantes dos dias letivos, devem obrigatoriamente seguir o que preconiza a Resolução CME nº 04 de 27/02/2020, no que concerne ao art. 5º, inciso I, onde lemos: As atividades escolares que compõem o dia de efetivo trabalho escolar se caracterizarão por toda e qualquer programação incluída no Projeto Pedagógico da escola, sempre com frequência exigível dos discentes, independente do quantitativo e efetiva orientação, presença e participação de professores habilitados.

9.2. Recursos humanos

9.2.1. Gestão Administrativa e Pedagógica

Função	Nome	Formação Nível/área	Situação Funcional
Diretora	Graciele Xavier Gonçalves	Superior Pedagogia/ Psicopedagogia Infantil e Aplicada	Efetiva

Secretária Geral	Vânia Márcia Freitas Soares	Pedagogia	Efetiva
Coord. Pedagógicos Anos Iniciais e finais.	Renata Maria dos Santos	Pedagogia	Temporário
Auxiliar de Secretaria	Daniela de Sousa Fernandes	Superior Incompleto	Temporário
Auxiliar de Secretaria	Leía Santos Araújo	Superior Incompleto	Temporário

FONTE: Modulação 2025

9.2.2. Docentes

Nome	Formação Inicial /área	Atuação: Série/ turno	Situação Funcional
Arrissomia Gonçalves Teixeira	Pedagogia	Professora de Historia/ Geofrafia/ Ciencias e Ensino religioso do 6º ao 9º.	Temporário
Berta Catarina dos Santos Lima	Pedagogia/Pós-graduada Pedagogia, Psicopedagoga e Psicanálise Infantil: Neuropedagogia e Saúde Mental e Docência do ensino superior.	Língua Portuguesa do 6º ao 9º ano. Inglês do 1º,2º, 3º, 4º. 5º, 6º ao 9º. Ens. Rel.8º ano	Efetiva
Eliete Pereira de Sousa	Pedagogia/Pós-graduada Pedagogia, Psicopedagoga e Psicanálise Infantil: Neuropedagogia e Saúde Mental e Docência do ensino superior.	Licença prêmio	Efetiva
Marleide de Almeida	Superior pedagogia	Agrupamento 4 e 5 anos	Temporário
Sileide Nunes	Superior pedagogia	1° e 2º ano	Temporário
Maria Ivanete Brito Rodrigues	Superior pedagogia	3º e 4º ano	Temporário
Solange Luiz dos Santos Paiva	Superior pedagogia	5º ano	Efetiva
Daniele da Silva Martins	Superior pedagogia	Arte 6º ano e AEE	Temporário
Leonardo Argent Thompson Junior	Suoerior pedagogia	Matemática do 6º ao 9º. Inglês do 6º e 7º.Ens. Rel. 6º ano.	Temporário
Maria Tereza Brauna	Superior pedagogia	Licença saúde	Efetiva
Sheyla Ap. Pereira de F.	Suerior Pedagogia/Pós gradua Psicopedagogia e Psicaná Infantil, docência do Ensino Superior./ Matemática.	Licença prêmio	Efetiva

FONTE: Modulação 2025

9.2.3. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais

Nome	Formação	Atuação	Situação Funcional
Anderson Ezequiel Gonçalves	Ensino Médio Completo	Vigia/ noturno	Efetivo
José Pereira dos Santos	Fundamental Completo	Vigia/noturno	Efetivo
Maurilio Gomes Calcado	Fundamental II Incompleto	Vigia/ diurno	Temporário
Lucinei Francisca dos S. de Sá	Fundamental Incompleto	ASG	Efetiva
Laynara Alisson Souza dos Anjos	Ensino Médio Incompleto	ASG	Efetiva
Maria Alice dos Santos de Sá	Fundamental Incompleto	ASG	Nomeada
Queila Madalena P. Calcado	Fundamental II Incompleto	Merendeira	Nomeada

FONTE: Modulação 2025

9.2.4 Monitoras do IEL

Nome	Formação Inicial /área	Atuação: Série/ turno	Situação Funcional
Leide Daiane Perira Calçado	Superior Incompleto	Monitora	Temporário
Queilliany Paulista Calcado	Superior Incompleto	Monitora	Temporário
Sandra Regina Dias	Superior Incompleto	Monitora	Temporário

10. Organização Curricular

10.1. - Educação Infantil

Os conteúdos curriculares da Educação Infantil são determinados a partir de definições das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BNCC) e o Documento Curricular para Goiás. Estão organizados no Plano Curricular Municipal, **Resolução** CME nº 112 de 30 de outubro de 2019.

Em síntese estão pautados na definição de criança como "sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura, e, nos eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

• Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

• Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

• Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

• Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

• Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

• Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. Considerando esses saberes e conhecimentos, os campos de experiências em que se organiza o Plano Curricular da Educação com seus respectivos objetivos de aprendizagens:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista.

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem.

Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos.

Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. É importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir,

potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. A imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais; procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.

10.2. Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos

Os conteúdos curriculares são determinados pela Base Nacional Comum Curricular e o Documento Curricular para Goiás. Estão organizados no Plano Curricular Municipal, Resolução CME 30/2019.

Os componentes Curriculares do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos estão organizados em áreas de conhecimento com competências específicas para o alcance das competências gerais de aprendizagem pautadas na BNCC:

LINGUAGENS	Língua Portuguesa	1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem. 2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social. 3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo. 4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos. 5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual. 6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais. 7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias. 8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.). 9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura. 10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.
	Arte	1. Explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras e de diversas sociedades, em distintos tempos e espaços, para reconhecer a arte como um fenômeno cultural, histórico, social e sensível a diferentes contextos e dialogar com as diversidades. 2. Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual, nas condições particulares de produção, na prática de cada linguagem e nas suas articulações. 3. Pesquisar e conhecer distintas matrizes estéticas e culturais – especialmente aquelas manifestas na arte e nas culturas que constituem a identidade brasileira –, sua tradição e manifestações contemporâneas, reelaborando--as nas criações em Arte. 4. Experienciar a ludicidade, a percepção, a expressividade e a imaginação, ressignificando espaços da escola e de fora dela no âmbito da Arte. 5. Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística. 6. Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade. 7. Problematizar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas. 8. Desenvolver a autonomia, a crítica, a autoria e o trabalho coletivo e colaborativo nas artes. 9. Analisar e valorizar o patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo.

	Educação Física	1. Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual. 2. Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo. 3. Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais. 4. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas. 5. Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes. 6. Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam. 7. Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos. 8. Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde. 9. Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário. 10. Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
	Língua Inglesa	1. Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho. 2. Comunicar-se na língua inglesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento, de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e para o exercício do protagonismo social. 3. Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna/outras línguas, articulando-as a aspectos sociais, culturais e identitários, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade. 4. Elaborar repertórios linguístico-discursivos da língua inglesa, usados em diferentes países e por grupos sociais distintos dentro de um mesmo país, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito e valorizar os usos heterogêneos, híbridos e multimodais emergentes nas sociedades contemporâneas. 5. Utilizar novas tecnologias, com novas linguagens e modos de interação, para pesquisar, selecionar, compartilhar, posicionar-se e produzir sentidos em práticas de letramento na língua inglesa, de forma ética, crítica e responsável. 6. Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, difundidos na língua inglesa, com vistas ao exercício da fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico-culturais.
CIÊNCIAS HUMANAS	Geografia	1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/ natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas. 2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história. 3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem. 4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas. 5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia. 6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza. 7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

	História	1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo. 2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica. 3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito. 4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. 5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações. 6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica. 7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.
MATEMÁTICA	Matemática	1. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho. 2. Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo. 3. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções. 4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes. 5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados. 6. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados). 7. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza. 8. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	1. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico. 2. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. 3. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza. 4. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho. 5. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza. 6. Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética. 7. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias. 8. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico- tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.
ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso	1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos. 2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios. 3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida. 4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver. 5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente. 6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

10.3. Orientações Metodológicas e Intervenção Pedagógica

Tema: Plano Curricular Municipal alinhado à BNCC (PCM)
Orientação Metodológica: Direciona a construção do currículo da escola, assegurando que todas as práticas pedagógicas estejam alinhadas às diretrizes da BNCC. **Ação Pedagógica:** Orienta o planejamento de aulas e atividades de forma a garantir que os conteúdos abordados atendam às competências e habilidades previstas na BNCC. O PCM é encontrado no diários eletrônico do sistema MegaEduca.

Tema: Planejamento Semanal

Orientação Metodológica:
O Planejamento Semanal do professor é essencial para garantir a organização e a eficácia das práticas pedagógicas. Alinhado ao plano curricular municipal, ele permite ao docente planejar e executar as atividades de acordo com as competências e habilidades estabelecidas para cada etapa da educação. O uso de livros didáticos e plataformas digitais, que oferecem avaliações contínuas e testes de fluência, assegura que o professor acompanhe o progresso dos alunos e ajuste suas estratégias de ensino. Além disso, a inserção do **pensamento computacional** e da **consciência ambiental**, previstos na Matriz Curricular Municipal (encontrado no diário sistema MegaEduca), contribui para a formação de alunos preparados para os desafios tecnológicos e socioambientais do futuro.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica começa com o planejamento do professor, alinhado ao **Plano Curricular Municipal (PCM).** Este planejamento inclui o uso **dos livros didáticos, o Livro LEIA e as plataformas digitais**, com foco em avaliações contínuas e atividades que promovam o desenvolvimento das habilidades dos alunos. O professor deve ajustar suas práticas de ensino com base nas respostas dos alunos ao conteúdo e nas estratégias aplicadas em sala de aula, assegurando a evolução de todos os estudantes. Além disso, o planejamento deve incorporar o **pensamento computacional**, que estimula o desenvolvimento de habilidades lógicas e tecnológicas, e a **consciência ambiental**, que sensibiliza os alunos sobre a importância da sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, temas que fazem parte do PCM. Dessa forma, o professor cria um ambiente de aprendizagem que vai além do conteúdo tradicional, preparando os alunos para as demandas do futuro.

Tema: Programa AlfaMais Goiás – Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada

Orientação Metodológica:
Oferece um modelo pedagógico focado na alfabetização eficiente no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

Ação Pedagógica:
Implementação de atividades de leitura e escrita que priorizam a alfabetização, utilizando as ferramentas do programa, com acompanhamento contínuo dos educadores e avaliação dos alunos.

Tema: Fluência Leitora

1. **Diagnóstico inicial**: Avaliar o nível de fluência com palavras, pseudopalavras e textos.
2. **Práticas diárias de leitura**: Leitura em voz alta, leitura compartilhada e repetição de textos.
3. **Trabalho com pseudopalavras**: Exercícios para decodificação e fluência.
4. **Simulados periódicos**: Preparar os alunos para os testes de entrada e saída com simulações regulares.
5. **Acompanhamento individualizado**: Sessões de reforço com base nos resultados das avaliações.
6. **Uso do Data-show**: Retroprojeção de palavras, pseudopalavras e textos de edições anteriores, com imagens associadas, para apoiar alunos com dificuldades e promover inclusão.

Tema: SIAM

Orientação Metodológica:
O SIAM oferece recursos que permitem aos educadores acompanhar o desempenho dos estudantes, identificar áreas que necessitam de reforço e planejar estratégias pedagógicas alinhadas às necessidades específicas de cada aluno.

Ação Pedagógica:
Com base nas informações fornecidas pelo SIAM, os professores podem monitorar o progresso dos alunos, identificar necessidades de intervenção, planejar ações pedagógicas, elaborar planos de aula direcionados, implementar atividades que atendam às demandas identificadas e avaliar continuamente a eficácia dessas ações, promovendo um ambiente de aprendizagem mais eficaz e personalizado.

Tema: Avaliações Contínuas das Aprendizagens (Plataforma Criança Alfabetizada)

Orientação Metodológica:

Plataforma que oferece avaliações formativas para estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental dos seguintes componentes: Leitura, Escrita, Fluência em Leitura e Matemática.

Acesse os testes aplicados nos anos anteriores. São três, sendo o CICLO I aplicado em março:
https://criancaalfabetizada.caeddigital.net/index.html#!/minhapagina (Coleção de Avaliações)

Ação Pedagógica:

Acompanhamento contínuo das habilidades de leitura, escrita e matemática, com ajustes pedagógicos baseados nos resultados das avaliações da Plataforma Criança Alfabetizada, garantindo que as necessidades de cada aluno sejam atendidas de forma personalizada. As avaliações contínuas são organizadas de acordo com os Ciclos de Aprendizagem:
- **Ciclo I** (Infância - Anos iniciais do Ensino Fundamental): Foca nas primeiras fases da alfabetização e letramento, avaliando o desenvolvimento de habilidades básicas de leitura e escrita.
- **Ciclo II** (Início da consolidação de habilidades): Aplica-se a alunos em processo de consolidação do aprendizado, com ênfase em interpretação de textos e produção escrita.
- **Ciclo III** (Fase de proficiência e autonomia): Avalia a fluência e a capacidade de compreender e produzir textos de forma mais autônoma.

Tema: Parada Pedagógica/Reflexão Pedagógica

Orientação Metodológica:
1- Promover a formação contínua do professor
2- Planejar e conduzir reuniões pedagógicas
3- Estabelecer diretrizes para Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas
4- Cumprir o calendário de Parada Pedagógica
5 - Assegurar a participação do Conselho Escolar nas Paradas Pedagógicas
6-Planejar as Paradas Pedagógicas com objetivos claros
7- Envolver todos os funcionários da escola nas Paradas Pedagógicas

Ação Pedagógica:

1- Promover a formação contínua do professor:
Incentivar a reflexão crítica do professor sobre sua prática docente, permitindo que ele reconstrua seus processos e escolhas pedagógicas a partir dessa reflexão.

2- Planejar e conduzir reuniões pedagógicas:
Realizar reuniões com objetivos claros e diretos, mas também oferecer espaço para dinâmicas e atividades interativas que promovam o aprendizado colaborativo e a melhoria do relacionamento entre os professores.

3- Estabelecer diretrizes para Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas:
Definir diretrizes claras para garantir que as Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas sejam efetivos momentos de formação continuada e orientação pedagógica.

4- Cumprir o calendário de Parada Pedagógica:
As Paradas Pedagógicas e Reflexões Pedagógicas devem ocorrer no horário letivo regular, conforme o Calendário Municipal, respeitando a rotina escolar e sem prejudicar o funcionamento das instituições.

5- Assegurar a participação do Conselho Escolar nas Paradas Pedagógicas:
Quando o Conselho Escolar participar, a presença dos alunos não será obrigatória nesses momentos, permitindo que a formação seja focada no desenvolvimento dos educadores.

6- Planejar as Paradas Pedagógicas com objetivos claros:
Planejar as Paradas Pedagógicas com metas e objetivos bem definidos pelo Departamento Pedagógico da SME, garantindo que sejam momentos de formação contínua e alinhados com as necessidades pedagógicas.

7- Envolver todos os funcionários da escola nas Paradas Pedagógicas:
As Paradas Pedagógicas devem incluir todos os funcionários da escola, não se limitando aos professores, promovendo uma abordagem colaborativa e integrada em toda a instituição.

Tema: Formação Continuada

Orientação Metodológica:
Visa promover o aprimoramento constante dos professores, com foco no desenvolvimento profissional e na atualização pedagógica.

Ação Pedagógica: Realização de cursos, oficinas e encontros formativos periódicos para os educadores, com foco em novas metodologias de ensino, práticas de alfabetização, estratégias de inclusão e demais conteúdos que favoreçam o desenvolvimento da prática pedagógica e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Tema: Busca ativa

Orientação Metodológica:
A busca ativa é essencial para garantir a permanência e o engajamento dos estudantes na escola, especialmente aqueles em risco de evasão. A chamada diária é uma prática fundamental, pois permite detectar ausências rapidamente. Além disso, é imprescindível que o professor ou coordenador informe, diariamente, aos pais ou responsáveis sobre a falta do aluno, seja por celular ou por mensagem no grupo de WhatsApp da série do(a) aluno(a). Essa comunicação imediata contribui para que a família seja alertada e possa tomar as providências necessárias para garantir a frequência escolar e evitar que a criança se desvie para outros lugares no caminho para a escola ou fique exposta a outros riscos. A colaboração com o Conselho Tutelar e o preenchimento da ficha AMAI são passos importantes para registrar e monitorar situações de extrema ausência, possibilitando uma resposta eficiente e direcionada.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica deve incluir uma série de intervenções diretas e específicas para combater as ausências. Quando um aluno falta, a escola deve imediatamente entrar em contato com a família, seja por telefone ou através do grupo de WhatsApp de sua turma, para entender as razões da falta e oferecer apoio. O preenchimento da ficha AMAI (Acompanhamento de Menores em Atendimento Individual) deve ser feito para registrar situações de extrema de ausência e, com isso, oferecer uma resposta mais eficiente e direcionada. Outra ação importante é o envolvimento do Conselho Tutelar, caso identifique-se alguma situação de risco mais grave. A integração desses esforços é essencial para garantir que as crianças não faltem à aula, pois cada ausência prejudica o seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Ainda, a coordenação de cada escola deve transferir as faltas semanais pelo Sistema MegaEduca e informar aos responsáveis que o número de ausência leva à reprovação por faltas.

Tema: Campanha de Renovação de Matrículas

Orientação Metodológica:

A renovação de matrícula é um processo essencial para a continuidade da educação e organização das turmas. A matrícula não ocorre automaticamente e requer a assinatura dos pais na ficha de renovação, além da entrega de documentos como a comprovação de vacinação. Muitos pais/ou responsáveis têm alegado não ter recebido o comunicado da escola ou acreditado que a renovação seria automática, resultando em um número elevado de matrículas não renovadas. Quando as aulas começam, e os pais buscam tardiamente regularizar a matrícula, as vagas muitas vezes já estão ocupadas por alunos novatos. O não cumprimento dessa importante etapa afeta a organização interna da escola e os registros no sistema MegaEduca, impactando o planejamento das turmas e a contagem de alunos na rede municipal de ensino.

Ação Pedagógica:

A fim de evitar essas complicações e garantir que todos os alunos continuem suas atividades escolares sem interrupções, a escola vai reforçar a **Campanha de Renovação de Matrículas**, com o objetivo de informar e engajar os pais e responsáveis no processo, esclarecendo sobre a importância de manter a matrícula renovada dentro do prazo.

Ações da campanha:

1- **Comunicação proativa**: Serão enviados comunicados mais frequentes, via diversos canais (como bilhetes, redes sociais, grupos de whatsapp da turma, puslseirinhas ou crachás de papel...) para reforçar a necessidade da renovação de matrícula.
2- **Prazos claros**: Estabelecimento de prazos específicos e divulgação de datas de forma antecipada, para evitar confusões e omissões.
3- **Suporte na regularização**: A escola estará disponível para fornecer informações sobre os documentos necessários e oferecer apoio na obtenção da declaração de vacinação, como parceria com os postinhos de sáude.
4- **Acompanhamento de casos específicos**: Para as famílias que têm dificuldade em comparecer à escola dentro do horário estipulado ou que se recusam a ir, será feita uma ação de sensibilização para que essas questões sejam resolvidas a tempo.

Tema: Acolhida

Orientação Metodológica:

A acolhida na escola é um componente essencial para o estabelecimento de um ambiente seguro e acolhedor para alunos e responsáveis. Desde o momento da entrada, seja no portão, na secretaria, na sala da coordenação ou nas reuniões de pais, a forma como a comunidade escolar recebe a todos reflete o compromisso da escola com o bem-estar e desenvolvimento dos estudantes. Uma recepção calorosa e atenciosa, mesmo diante de possíveis adversidades, é fundamental para minimizar conflitos e promover um ambiente de confiança, que contribui diretamente para o bom desempenho escolar. A comunicação eficaz e respeitosa é uma prática que fortalece o relacionamento entre a escola e a família, evitando mal-entendidos e criando uma base sólida para a parceria educacional.

Ação Pedagógica:

A ação pedagógica começa com a criação de um ambiente acolhedor e receptivo desde a chegada dos alunos e seus responsáveis, refletindo na prática pedagógica o respeito e a empatia pela comunidade escolar. A comunicação com os pais deve ser contínua e eficaz, garantindo que suas demandas sejam atendidas prontamente, sem que precisem sair da escola com pendências. Isso fortalece a confiança e o compromisso tanto dos alunos quanto dos pais com o processo educacional. Além disso, ao cultivar uma relação socioafetiva e emocional positiva, a escola contribui para o desenvolvimento emocional dos alunos, o que é fundamental para seu aprendizado e sucesso. O acolhimento e a valorização da família são essenciais para fortalecer o vínculo entre a escola e a comunidade, criando um ambiente de aprendizagem mais saudável e eficaz.

Tema: Intervenção Pedagógica

Orientação Metodológica:
1- Acompanhamento das rotinas
2- Recuperação Paralela
3- Padronização das atividades
4- Correção de atividades
5- Dificuldades de aprendizagem
6- Registro de situações atípicas
7- Exposição de materiais nas salas de aula
8- Evitar atividades repetitivas na Educação Infantil e Alfabetização
9 - Percepção da criança como ativa e criadora de sentidos
10- Conhecimento da BNCC
11- Comprometimento com a formação continuada
12- Gestão da hierarquia e normas escolares
13 - Organização do ambiente escolar

Ação Pedagógica:

1- Acompanhamento das rotinas:
Os Coordenadores devem realizar o acompanhamento de rotinas como diários, planejamentos, leitura, tabuada, Recuperação Paralela etc., bem como registrar as observações referentes à rotina de planejamento e registro de aulas, entre outros.

2- Recuperação Paralela:
O coordenador pedagógico deve zelar para que a Recuperação Paralela aconteça de forma coerente com o objetivo a que se propõe. Para que haja esse acompanhamento, intensifique a observação da retomada de conteúdos após as avaliações e, se necessário, alerte a família.

3- Padronização das atividades:
Padronizar a apresentação das atividades, avaliações com cabeçalhos, margens e organização. Se os professores forem caprichosos, ensinarem os alunos, eles também o serão.

4- **Correção de atividades:**
Os professores devem fazer a correção dos cadernos "do cabeçalho ao final da atividade", mesmo que a correção seja feita no quadro. Os coordenadores devem acompanhar para que essa obrigação do professor do EF I seja cumprida. Na Educação Infantil, a correção deve ser feita preferencialmente na presença do aluno, como momento de construção de aprendizagem.

5-Dificuldades de aprendizagem:
As dificuldades de aprendizagem devem ser trabalhadas pelo professor regente de turma, sob orientação do coordenador pedagógico, utilizando diferentes formas e recursos de ensino, sempre procurando promover o aprendizado do aluno.

6-Registro de situações atípicas:
Registrar todas as situações atípicas ao cotidiano escolar.

7-Exposição de materiais nas salas de aula:
O coordenador pedagógico deve zelar para que a exposição de materiais em sala de aula seja de possível acesso para o aluno, respeitando sua altura.

8-Evitar atividades repetitivas na Educação Infantil e Alfabetização:
Na Educação Infantil e Alfabetização, em observância aos campos de experiência, evitar o excesso de atividades xerocadas e/ou repetitivas. A criança deve ser levada a pensar e construir.

9-Percepção da criança como ativa e criadora de sentidos:
Considerar a criança ativa, exploradora e criadora de sentidos, utilizando espaços que deem apoio aos seus movimentos, que incentivem sua autoria e autonomia, e contribuam para a diversificação de suas possibilidades.

10-Conhecimento da BNCC:
O coordenador pedagógico deve conhecer e garantir que os professores conheçam a abordagem curricular da BNCC e os direitos de aprendizagem das crianças na Educação Infantil, além das Competências Específicas no Ensino Fundamental.

11-Comprometimento com a formação continuada:
O coordenador pedagógico deve comprometer-se e garantir que os professores se comprometam com ações que visem implementar os paradigmas refletidos durante as formações continuadas.

12-Gestão da hierarquia e normas escolares:
A instituição escolar tem uma hierarquia, normas a serem seguidas, bem como seus profissionais. Os comportamentos que prejudicam o bom andamento da instituição ou que ferem a harmonia escolar devem ser geridos com firmeza, observando os aspectos legais, os princípios da boa convivência e do respeito. O registro cientificado e testemunhado é um documento.

13-Organização do ambiente escolar:
Cuidar para que o ambiente escolar não seja poluído com cartazes e desenhos. O excesso tira o efeito pedagógico. A limpeza e organização do ambiente escolar atraem e motivam.

11. Projetos Pedagógicos

11.1. Projetos municipalizados e institucionais

JEPP (JOVEM EMPREENDEDOR PRIMEIROS PASSOS - SEBRAE)	
Proponente:	Parceria com o SEBRAE
Justificativa:	Fomentar a educação e a cultura empreendedora entre os alunos do ensino fundamental, capacitando os professores para aplicar metodologias que incentivem comportamentos e habilidades empreendedoras, através de atividades práticas e lúdicas.
Objetivo Geral:	Desenvolver, por meio de atividades lúdicas, habilidades e comportamentos empreendedores nos alunos, permitindo que aprendam a assumir riscos calculados e identificar oportunidades de inovação, mesmo em situações desafiadoras.
Metodologia:	Aplicação de atividades práticas e lúdicas, com linguagem adaptável para cada série e de forma interdisciplinar, para ensinar os alunos a desenvolverem competências empreendedoras.
Público-alvo:	Alunos do ensino fundamental, tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais.
Resultados esperados:	Os estudantes desenvolverão habilidades empreendedoras, como a capacidade de assumir riscos calculados e identificar oportunidades de inovação, com uma abordagem prática e adaptada à realidade de cada série.

PROJETO DOURADINHO	
Proponente:	Iniciativa Municipal e apoio comunitário
Justificativa:	É uma ação cultural de educação ambiental voltado para a preservação dos rios e matas ciliares. Seu embaixador é o peixe cascudo Douradinho personagem do livro infanto-juvenil “Amiga lata, Amigo Rio”, de Thiago Cascabulho.
Objetivo Geral:	Incentivar a leitura e a educação ambiental, promovendo a preservação dos rios e matas ciliares.
Metodologia:	Leitura e discussão do livro: Leitura e discussão do livro "Amiga, lá amiga Rio" de Tiago Cascabulho, para introduzir o tema da preservação dos rios e matas ciliares. Atividades práticas: Atividades práticas, como plantio de mudas de árvores, limpeza de rios e margens, para promover a conscientização e a ação. Jogos e brincadeiras: Jogos e brincadeiras que simulem a vida aquática e a importância da preservação dos rios e matas ciliares. Arte e criatividade: Atividades artísticas, como desenho, pintura e escultura, para expressar a importância da preservação dos rios e matas ciliares. Palestras e workshops: Palestras e workshops com especialistas em meio ambiente e conservação, para fornecer informações e habilidades práticas. Uso de tecnologias: Uso de tecnologias, como vídeos, aplicativos e jogos digitais, para promover a educação ambiental e a conscientização.

	Parcerias: Parcerias com organizações ambientais e comunidades locais, para promover a ação e a conscientização.
Público-alvo:	Alunos da pré-escola ao ensino fundamental dos anos iniciais e finais.
Resultados esperados:	Promover a preservação ambiental por meio da leitura e conscientização, permitindo que os estudantes vejam o mundo com outros olhos e se divirtam aprendendo sobre os rios e matas ciliares.

Apresentações Culturais	
Objetivo Geral	Desenvolver o trabalho interdisciplinar visando o entendimento global do mundo em que vivemos, focando temas relevantes ao enriquecimento curricular dos estudantes e o envolvimento da família e comunidade.
Objetivos específico	1. Integrar a família e a comunidade no contexto escolar; 2. Oportunizar aos alunos a possibilidade de apresentar coletivamente suas habilidades e competências nos conteúdos procedimentais; 3. Promover a realização de projetos que envolva várias disciplinas; 4. Valorizar os produtos culturais: naturais, artesanais e fabricados; 5. Estimular a harmonia nas relações interpessoais; 6. Resgatar valores culturais através da sabedoria popular; 7. Desenvolver o processo de leitura e escrita através de atividades contextualizadas; 8. Favorecer a integração social do grupo; 9. Desenvolver a expressão artística e corporal; 10. Socializar todos os integrantes da comunidade escolar através da troca de ideias e experiências.
TEMA DAS APRESENTAÇÕES CULTURAIS **JOVEM EMPREENDEDOR**	
Justificativa	Despertar nos jovens a predisposição para “empreender”. Prepará-los para que vivenciem aspectos da cidadania, enquanto fator de responsabilidade social, contribuindo para uma mudança socioeconômica para favorecer o desenvolvimento de futuros profissionais. O propósito é tornar os jovens aptos a atuar em um mundo com novas relações de trabalho e assumindo o papel de empreendedores em quaisquer situações que se apresentem em suas vidas.
Abordagem Pedagógica	O objetivo da educação empreendedora nas escolas é preparar os alunos para os desafios atuais, promovendo o pensamento criativo, a liderança e a tomada de decisão, habilidades necessárias para empreender. Isso é feito por meio de atividades práticas que visam desenvolver projetos.

PROJETO COMBATE AO BULLYING	
Proponente:	Escolas **Cumprir Lei nº 13.185 de 06 de novembro de 2015.**
Justificativa:	O bullying e o ciberbullying têm um impacto negativo no ambiente escolar e no bem-estar dos alunos. Este projeto visa promover a conscientização sobre o tema, criando um ambiente mais seguro e acolhedor, com foco na prevenção e combate dessas práticas, além de incentivar o respeito às diferenças e a construção de uma cultura de paz.
Objetivo Geral:	Promover a conscientização e prevenção ao bullying e ao ciberbullying no ambiente escolar, criando espaços de diálogo, mobilizando alunos, pais e professores, e incentivando a construção de uma cultura de paz, respeito às diferenças e empatia entre todos os membros da comunidade escolar.
Metodologia:	* **Espaços de escuta**: Rondas de conversa com alunos, professores e funcionários para discutir o bullying e ciberbullying. * **Atividades pedagógicas**: Oficinas e concursos sobre bullying, utilizando artes e literatura. * **Formação**: Palestras e workshops para professores e pais sobre prevenção e identificação de bullying. * **Campanhas de conscientização**: Divulgação de materiais informativos sobre o tema. * **Apoio psicológico**: Atendimento individualizado para alunos que necessitem de apoio.
Público-alvo:	Alunos da Rede Municipal de Educação.
Resultados esperados:	* **Aumento da conscientização** sobre bullying e ciberbullying. * **Redução dos casos de bullying** na escola. * **Ambiente escolar mais seguro e acolhedor**. * **Promoção de uma cultura de paz** e respeito. ***Maior engajamento de pais e professores** no combate ao bullying.
	Visite o perfil de instagram: https://www.instagram.com/mineducacao/ *Post: Escola que protege*

RESGATANDO O CIVISMO - SEMANA DA PÁTRIA	
Objetivo Geral:	Semana da Pátria reforça a importância dos símbolos nacionais e da Independência. A Semana da Pátria é comemorada no Brasil entre os dias primeiro e sete de setembro, e tem o objetivo de **lembrar a Independência do Brasil**, declarada por Dom Pedro I às margens do Rio Ipiranga no dia sete de setembro de 1822.
Público Participante:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.

Objetivos Específicos:	A comemoração da "Semana da Pátria" é indispensável em nossas escolas, pois proporciona ao professor oportunidade de: • Formar na criança o conceito de pátria; • Despertar o sentimento de patriotismo; • Formar atitude de respeito aos símbolos do Brasil. • Desenvolver a compreensão do passado histórico e da significação da data "Sete de Setembro". • Incentivar o amor à pátria; • Reconhecer a bandeira como símbolo da Pátria; • Conhecer o fato mais importante da história do Brasil; • Valorizar a escola como participante de grandeza da Pátria; • Compreender a razão das festejas da Semana da Pátria.

OLIMPÍADA MIRIM DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS	
Justificativa	O Sucesso da OBMEP NÍVEL A, dedicada a alunos do 4º e do 5º ano do Ensino Fundamental, motivou o IMPA a criar a OLIMPÍADA MIRIM que buscará novos talentos da Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
Objetivo Geral:	- Estimular e promover o estudo da Matemática; - Estimular o estudo da matemática e identificar talentos na área. - Contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, possibilitando que um maior número de alunos brasileiros possa ter acesso a material didático de qualidade; - Identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso em universidades, nas áreas científicas e tecnológicas; - Incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, contribuindo para a sua valorização profissional; - Contribuir para a integração das escolas brasileiras com as universidades públicas, os institutos de pesquisa e com as sociedades científicas; - Promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.
Público Participante	Estudantes do 2º, 3º, 4º e 5º anos.
Metodologia:	A Olimpíada Mirim é composta por **duas fases**, ambas aplicadas pelas escolas. A primeira etapa consiste em uma prova classificatória com 15 questões de múltipla escolha. Alunos classificados nesta etapa poderão participar da segunda fase, também composta de 15 questões objetivas.

OLIMPÍADA BRASILEIRA DE LÍNGUA PORTUGUESA	
Objetivo Geral:	A Olimpíada de Língua Portuguesa é um concurso de produção de textos para alunos de escolas públicas de todo o país. O tema das produções é "O lugar onde vivo", que propicia aos alunos estreitar vínculos com a comunidade e aprofundar o conhecimento sobre a realidade local, contribuindo para o desenvolvimento de sua cidadania.

Público Participante:	Poema - 5º ano do Ensino Fundamental Memórias literárias - 6º e 7º anos do Ensino Fundamental Crônica - 8º e 9º anos do Ensino Fundamental
Metodologia:	Com o apoio dos Cadernos do Professor, os professores desenvolvem as oficinas com todos os alunos da turma, além de trabalhar com uma metodologia que aborda conceitos curriculares previstos no ensino da língua portuguesa, em consonância com a BNCC.

-SEMANA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER- -DIA INTERNACIONAL DA MULHER- -03 a 09 de março-	
Proponente:	Governo Federal, Movimentos Sociais, ONGs e Organizações de Direitos Humanos e escolas
Justificativa:	Sensibilizar a comunidade escolar sobre a violência contra a mulher e promover o respeito e a igualdade de gênero.
Objetivo Geral:	Combater a violência de gênero e promover a igualdade e o respeito mútuo.
Metodologia:	Palestras , campanhas de conscientização.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	conscientização sobre violência contra a mulher, promoção de uma cultura de respeito e igualdade.

SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA -21 a 28 de agosto-	
Proponente:	Governo Federal (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania) e Organizações da Sociedade Civil
Justificativa:	Sensibilizar a sociedade sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, promovendo sua inclusão e cidadania.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão social, a acessibilidade e a conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.
Metodologia:	Realização de eventos educativos, palestras, rodas de conversa, campanhas de conscientização, exposições e ações inclusivas.
Público-alvo:	Pessoas com deficiência intelectual e múltipla, suas famílias, educadores e a sociedade em geral.
Resultados esperados:	Maior inclusão social, sensibilização sobre os direitos das pessoas com deficiência e promoção da igualdade.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA -20 de novembro-	
Proponente:	Movimentos Sociais, Entidades Negras, Governo Federal
Justificativa:	Refletir sobre a contribuição da população negra para a sociedade brasileira e destacar a luta contra o racismo e discriminação. Homenagear Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares, e ressaltar a importância das discussões e ações para combater o racismo e a desigualdade social, especialmente no Dia da Consciência Negra e no mês de novembro. Além disso, celebrar a cultura afro-brasileira e os avanços na luta do povo negro.
Objetivo Geral:	Promover reflexões sobre a contribuição da população negra para a sociedade brasileira, destacando a luta contra o racismo e a discriminação, e celebrando a cultura afro-brasileira.
Metodologia:	* Desenvolver **projetos antirracistas** dentro da escola, promovendo ações de conscientização com a comunidade escolar e além dos muros da instituição. * Incentivar a disseminação de mensagens antirracistas, ampliando o alcance da reflexão para fora da escola. *Trabalhar com os estudantes para que reconheçam a existência do racismo e compreendam a necessidade urgente de combatê-lo, dando visibilidade à temática em diferentes contextos.
Público-alvo:	Estudantes, educadores, comunidades escolares e a sociedade em geral.
Resultados esperados:	Valorizar a cultura afro-brasileira, aumentar a conscientização sobre o racismo e promover a igualdade de direitos.

COMBATE AO RACISMO E AO PRECONCEITO RACIAL	
Proponente:	Governo Federal - **Lei nº 10.639/03**
Justificativa:	A lei surge como resposta à luta histórica do movimento negro no Brasil, com o objetivo de combater o racismo e o preconceito racial. Busca promover a valorização da história e cultura afro-brasileira, reconhecendo sua importância na construção da sociedade brasileira e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.
Objetivo Geral:	Tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas, visando promover a reflexão sobre a contribuição do povo negro na formação da sociedade brasileira e no combate ao racismo, preconceito étnico-racial e discriminação social.
Metodologia:	A implementação deve ser feita através da integração do conteúdo sobre a história e cultura afro-brasileira aos currículos escolares, com ênfase nas disciplinas de literatura, história e educação artística. A utilização de personagens e narrativas afro-brasileiras e afrodiaspóricas contribui para o afroletramento, tornando o ensino mais dinâmico, representativo e conectando os estudantes com a realidade histórica e cultural negra.
Público-alvo:	Estudantes do Ensino Fundamental

Resultados esperados:	• Maior conscientização e valorização da história e cultura afro-brasileira entre os estudantes. • Contribuição para a formação de uma sociedade mais inclusiva, com respeito à diversidade e ao combate ao racismo. • Desenvolvimento de uma educação mais crítica e reflexiva, com a construção de um currículo que reflita a pluralidade e as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes. • Criação de um ambiente educacional que favoreça a igualdade racial e a inclusão social, preparando os jovens para um futuro mais justo e igualitário.

Diversidade étnico-racial e inclusão	
Proponente:	Governo do Estado de Goiás - Secretaria de Educação, em parceria com escolas e organizações de promoção da igualdade racial.
Justificativa:	A desigualdade racial no Brasil, e em particular em Goiás, tem raízes históricas profundas, que se refletem na discriminação, falta de acesso e na marginalização de grupos étnicos e raciais, como a população negra e indígena. No ambiente escolar, essa desigualdade se traduz em evasão escolar, baixa performance educacional e barreiras no acesso a oportunidades iguais. O combate ao racismo e à exclusão racial nas escolas é, portanto, uma necessidade urgente para garantir um ensino de qualidade e equitativo, promovendo a inclusão e a valorização da diversidade. A implementação de um programa que promova a **diversidade étnico-racial e a inclusão** visa reduzir esses índices de desigualdade, permitindo que todos os estudantes, independentemente de sua origem racial ou étnica, tenham acesso a um ambiente educacional justo, respeitoso e igualitário. Além disso, ao abordar o tema da diversidade racial de forma proativa, cria-se um ambiente de aprendizado mais inclusivo e enriquecedor para todos.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão e o respeito à diversidade étnico-racial nas escolas públicas estaduais de Goiás, criando um ambiente educacional mais igualitário, respeitoso e livre de discriminação racial. O objetivo é garantir que todos os alunos, especialmente os negros, indígenas e outras minorias étnicas, tenham igualdade de oportunidades e sintam-se representados e acolhidos no espaço escolar.
Metodologia:	* **Capacitação de Educadores:** Realização de oficinas e treinamentos para professores, gestores e funcionários da escola sobre a importância da inclusão racial, combate ao racismo e promoção de uma cultura de respeito e equidade. * **Adaptação Curricular:** Desenvolvimento de conteúdos pedagógicos que abordem a história e a cultura de diferentes grupos étnicos e raciais, integrando o tema da diversidade de maneira transversal nos diferentes componentes curriculares. * **Campanhas de Conscientização:** Organização de atividades culturais, como exposições, palestras, e eventos que promovam a reflexão sobre as questões raciais, estimulando o respeito pela diversidade entre os estudantes.

	* **Ações Afirmativas:** Implementação de programas de apoio para estudantes negros, indígenas e outras minorias, com o intuito de garantir a sua permanência e sucesso na educação, como mentorias, bolsas de estudo, e espaços para discussão e troca de experiências. * **Monitoramento e Avaliação:** Criação de um sistema de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia do programa, identificando obstáculos e ajustando as ações conforme necessário.
Público-alvo:	Estudantes de todas as séries e comunidade escoar.
Resultados esperados:	* **Redução da Evasão Escolar:** A medida que os alunos se sentem mais incluídos e respeitados em um ambiente escolar livre de discriminação, espera-se que a evasão escolar, especialmente entre grupos étnicos e raciais marginalizados, diminua. * **Aumento na Performance Escolar:** Com a adoção de práticas pedagógicas mais inclusivas e respeitosas, espera-se que os alunos se sintam mais motivados e engajados, o que resultará em um aumento no desempenho acadêmico de todos os estudantes, especialmente dos grupos mais vulneráveis. * **Maior Representatividade e Apreciamento da Diversidade:** As atividades culturais e educativas vão permitir que os alunos reconheçam e apreciem as diversas culturas e histórias presentes no Brasil, criando uma sociedade mais tolerante e inclusiva. * **Fortalecimento da Identidade e Autoestima:** O programa ajudará os estudantes a fortalecerem sua identidade étnico-racial e a valorizarem suas origens, contribuindo para o aumento da autoestima e confiança no ambiente escolar. * **Redução de Atos Discriminatórios:** Com a capacitação de educadores e a implementação de políticas inclusivas, espera-se uma redução significativa de atos discriminatórios no ambiente escolar, criando um espaço mais seguro e respeitoso para todos.

DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES **-18 de maio-**	
Proponente:	Governo Federal e Organizações de Defesa dos Direitos da Criança **-Lei 9.970/2000**
Justificativa:	Sensibilizar a Combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, e promover a proteção integral a essa população.
Objetivo Geral:	Conscientizar a sociedade sobre os direitos das crianças e adolescentes e a importância de denunciar casos de abuso e exploração sexual.
Metodologia:	Campanhas de sensibilização, palestras educativas, distribuição de material informativo e ações comunitárias.
Público-alvo:	Crianças, adolescentes, educadores.
Resultados esperados:	Maior conscientização sobre o combate ao abuso e exploração sexual, aumento nas denúncias e melhor proteção de crianças e adolescentes.

DIA DO MEIO AMBIENTE -05 de Junho-	
Proponente:	Organização das Nações Unidas (ONU), governos, ONGs e escolas
Justificativa:	Promover a conscientização ambiental e estimular práticas sustentáveis entre alunos e comunidade.
Objetivo Geral:	Desenvolver ações educativas de preservação ambiental.
Metodologia:	Atividades de limpeza, plantio de árvores, palestras sobre sustentabilidade.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	Aumento da conscientização ambiental, engajamento em práticas sustentáveis.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Proponente:	MEC (implementação nos curículos escolares) - **Lei nº 9.795.**
Justificativa:	A educação ambiental é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e responsável. A **Lei nº 9.795/1999** reconhece o direito à educação ambiental para todos, estabelecendo que ela deve ser incorporada em todos os níveis e modalidades de ensino, visando a formação de cidadãos capazes de compreender e atuar frente aos desafios ambientais.
Objetivo Geral:	Promover a educação ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo, assegurando o direito de acesso à educação ambiental. O objetivo é formar cidadãos críticos, conscientes e engajados na preservação e promoção de um ambiente sustentável.
Metodologia:	• Inclusão da educação ambiental em currículos escolares e atividades pedagógicas, em todas as etapas de ensino. • Desenvolvimento de projetos e ações educativas que abordem questões ambientais locais e globais. • Capacitação de educadores para integrar o tema ambiental no processo educativo de forma interdisciplinar. • Uso de metodologias participativas e práticas que envolvam os estudantes em ações de preservação ambiental.
Público-alvo:	Atingir todos os segmentos da sociedade, com foco na **comunidade escolar** (educadores, alunos e gestores), incluindo também a sociedade em geral, garantindo o acesso ao conhecimento ambiental a todos os cidadãos.
Resultados esperados:	* Formação de cidadãos críticos e conscientes sobre questões ambientais. * Ampliação do conhecimento sobre sustentabilidade e práticas ambientais responsáveis. * Integração da educação ambiental no cotidiano escolar e social. * Criação de uma cultura de respeito e cuidado com o meio ambiente, conforme os princípios da **Lei nº 9.795**.
Educação ambiental e empreendedorismo	A conexão entre educação ambiental e empreendedorismo é fundamental para cultivar uma nova geração de cidadãos não apenas conscientes dos desafios ambientais, mas também capazes de agir de forma inovadora e empreendedora para resolver esses problemas. O empreendedorismo

	sustentável cria oportunidades para a geração de negócios que respeitam e promovem a saúde ambiental, transformando desafios em soluções criativas e economicamente viáveis. Integrar esses conceitos desde cedo no currículo escolar permite que os estudantes se tornem líderes e agentes de mudança no futuro, construindo uma sociedade mais equilibrada e sustentável.

FAICRIS - FEIRA AGROINDUSTRIAL, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CRISTALINA	
Proponente:	Parceria com a Prefeitura de Cristalina
Justificativa:	Promover o desenvolvimento local, o empreendedorismo e o engajamento da comunidade em atividades culturais e comerciais.
Objetivo Geral:	Estimular o empreendedorismo local e fortalecer a economia da cidade.
Metodologia:	Exposições de produtos, apresentações culturais, e mostras sobre negócios e empreendedorismo.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	Promoção do empreendedorismo local, valorização da cultura regional e fortalecimento da economia local.

FEIRA CULTURAL E TECNOLÓGICA **OPÇÃO 1**	
Proponente:	SME e escolas da Rede Municipal -Trabalhar a Feira Cultural a partir do tema BNCC da Computação-
Justificativa:	A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que as escolas devem promover o desenvolvimento de competências e habilidades que preparem os estudantes para o uso crítico, ético e criativo das tecnologias digitais. O presente projeto tem como objetivo promover a integração da área de Computação com as práticas pedagógicas da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, estimulando a criatividade, a resolução de problemas e o trabalho colaborativo entre os alunos. Ao propor a realização de uma Feira Cultural e Tecnológica, buscamos contextualizar os conceitos de Computação de forma lúdica e prática, alinhados aos saberes e competências descritos na BNCC, promovendo uma aprendizagem significativa e inovadora.
Objetivo Geral:	Integrar as tecnologias da informação e comunicação (TICs) ao processo de ensino e aprendizagem, com foco nas competências e habilidades previstas na BNCC, por meio de atividades interativas que envolvam os alunos da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental, visando o desenvolvimento de competências em Computação e soluções tecnológicas aplicadas a contextos cotidianos.
Metodologia:	A metodologia será prática e ativa, com atividades que envolvem os alunos em diferentes níveis de desenvolvimento de competências em Computação. • **Educação Infantil**: Uso de jogos educativos e atividades digitais para estimular a lógica e percepção espacial. • **Ensino Fundamental (Anos Iniciais)**: Desenvolvimento de jogos e robôs simples, com foco em programação básica (ex: Scratch, Makey Makey).

	• **Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano)**: Programação mais avançada, como aplicativos e robótica, abordando conceitos de computação aplicados ao cotidiano. **Feira Cultural e Tecnológica**: Apresentação dos projetos criados pelos alunos, demonstrando o uso de computação para resolver problemas.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	Desenvolver a alfabetização digital e computacional, estimulando o interesse por áreas como programação, robótica e inovação tecnológica. Os alunos serão incentivados a aplicar o conhecimento de computação em projetos interdisciplinares, o que ajudará no desenvolvimento do pensamento crítico e habilidades de resolução de problemas.

FEIRA CULTURAL E TECNOLÓGICA **OPÇÃO 2**	
Proponente:	SME e escolas da Rede Municipal -Trabalhar a Feira Cultural a partir do tema Educação Climática-
Justificativa:	A crescente necessidade de conscientização ambiental exige que crianças e jovens compreendam seu papel no cuidado com o meio ambiente. A Feira Cultural e Tecnológica busca promover essa reflexão, alinhando-se às diretrizes da BNCC para a educação infantil e os anos iniciais e finais do ensino fundamental, favorecendo a formação crítica e ética dos estudantes sobre questões ambientais.
Objetivo Geral:	Desenvolver a consciência ambiental dos alunos, estimulando práticas sustentáveis desde a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental, em consonância com as competências da BNCC, que valorizam o respeito e cuidado com o meio ambiente.
Metodologia:	* **Educação Infantil:** Atividades lúdicas que abordem questões ambientais de forma interativa, favorecendo a compreensão das crianças sobre a natureza e a sustentabilidade. *** Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais):** Projetos interdisciplinares, exposições e oficinas sobre temas como reciclagem, consumo responsável, e preservação dos recursos naturais. * Discussões em grupo e palestras com especialistas, seguindo as competências da BNCC para a formação ética e cidadã.
Público-alvo:	Alunos de todas as idades, professores e comunidade.
Resultados esperados:	*** Educação Infantil**: Desenvolvimento de valores ambientais desde cedo, estimulando hábitos de respeito à natureza. * **Ensino Fundamental**: Conscientização crítica dos estudantes sobre questões ambientais, alinhada às competências da BNCC, como a promoção da sustentabilidade e da cidadania ambiental. * Engajamento das famílias na prática de ações sustentáveis no cotidiano escolar e doméstico.

SEMANA MUNICIPAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO TEA **- 01 a 07 de abril-**

Proponente:	AEE - Lei Municipal 2.651/2023
Justificativa:	Conscientizar sobre os Transtornos do Espectro Autista (TEA) e promover a inclusão de pessoas com autismo na sociedade.
Objetivo Geral:	Promover a inclusão social e educacional das pessoas com TEA.
Metodologia:	Realização de palestras, atividades culturais e workshops com especialistas sobre TEA.
Público-alvo:	Educadores, profissionais da saúde, pais e a comunidade em geral.
Resultados esperados:	Maior conhecimento e aceitação do TEA pela população, além da capacitação de profissionais.

DIA DOS POVOS INDÍGENAS **-19 de abril-**	
Proponente:	Organizações, governos e escolas - **Lei 14.402/2022**
Justificativa:	Valorizar a cultura, história e direitos dos povos indígenas no Brasil, combatendo o preconceito e promovendo o respeito.
Objetivo Geral:	Promover o respeito e a valorização da cultura indígena nas escolas e na sociedade.
Metodologia:	Ações educativas, exposições culturais, rodas de conversa, e atividades práticas sobre povos indígenas.
Público-alvo:	Estudantes, professores, comunidade escolar e público em geral.
Resultados esperados:	Maior respeito e conhecimento sobre os povos indígenas, promovendo a diversidade cultural.

DIA NACIONAL DA CONSCIENTIZAÇÃO DO TDAH **-01 de agosto-**	
Proponente:	Ministério da Saúde / Educação e AEE
Justificativa:	Informar e desmistificar o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), promovendo a inclusão de alunos com TDAH no ambiente escolar e social.
Objetivo Geral:	Conscientizar sobre o TDAH, seus impactos e a importância da inclusão desses alunos na escola e na sociedade.
Metodologia:	Palestras, distribuição de materiais educativos, atividades interativas, e campanhas de conscientização.
Público-alvo:	Alunos com TDAH, pais, professores e educadores.
Resultados esperados:	Aumento da compreensão e apoio aos alunos com TDAH, contribuindo para a redução do estigma associado a essa condição. O objetivo é promover um ambiente mais inclusivo e acolhedor, onde esses estudantes sejam reconhecidos em suas potencialidades, e suas necessidades sejam atendidas de forma adequada, favorecendo o seu desenvolvimento intelectual e pessoal.

OLIMPÍADA DO CONHECIMENTO	
Proponente:	Distrito de Campos Lindos

Justificativa:	Este projeto visa melhorar a educação pública em Campos Lindos, incentivando a participação dos alunos do 5º Ano na Olimpíada do Conhecimento, promovendo o autoaprender e combatendo a defasagem escolar.
Objetivo Geral:	Desenvolver o aprendizado dos alunos do 5º Ano, estimulando a participação na Olimpíada do Conhecimento e a redução da defasagem escolar.
Metodologia:	* Aulas dinâmicas e interativas. * Atividades práticas relacionadas à Olimpíada do Conhecimento. * Incentivo ao autoaprendizado com ferramentas educativas.
Público-alvo:	Estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental.
Resultados esperados:	* Participação ativa na Olimpíada do Conhecimento. * Maior autonomia no aprendizado. * Diminuição da defasagem escolar. *Melhora no desempenho escolar.

DIA DO COOPERATIVISMO EM CRISTALINA **-1º sábado de junho-**	
Proponente:	
Justificativa:	O Dia do Cooperativismo é considerado como um momento ideal de sensibilização dos jovens sobre o caráter empreendedor e o papel social do cooperativismo. A origem da comemoração tem, também o objetivo de proporcionar a toda sociedade o conhecimento dos benefícios, dos valores e dos princípios da atividade cooperativista.
Objetivo Geral:	
Metodologia:	
Público-alvo:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.
Resultados esperados:	

CAMPANHA DEZEMBRO VERDE	
Proponente:	Lei municipal nº 2.558 de 22 de novembro de 2021
Justificativa:	* **A crescente problemática do abandono de animais** no município, especialmente no período de dezembro, quando o abandono aumenta em cerca de 70%, é uma questão que exige ação imediata. O abandono e maus-tratos a cães e gatos em espaços públicos como praças, parques, ruas e avenidas têm se tornado um desafio social e ambiental. * Além disso, a **falta de conscientização sobre a guarda responsável de animais** tem impacto direto no bem-estar dos animais e na saúde pública, já que esses animais abandonados podem ser portadores de doenças e causar problemas ao ecossistema local. * A **educação é a chave** para promover a mudança de comportamento e atitudes em relação ao cuidado com os animais, sendo essencial que a população, especialmente os jovens, sejam sensibilizados para a importância de proteger os animais e garantir a guarda responsável.
Objetivo Geral:	* C**onscientizar a população sobre a guarda responsável de animais** e os impactos do **abandono e maus-tratos de cães e gatos**, com ênfase em espaços

	públicos como praças, parques, ruas e avenidas, que são locais comuns para esse tipo de abandono. *** Alertar sobre o aumento significativo (cerca de 70%) do abandono de animais durante o mês de dezembro**, período em que o problema se agrava, e promover a ação social e educacional para combater esse comportamento.
Metodologia:	*** Inserção da temática nos planos de aulas**, relacionados aos **direitos dos animais** e à **importância da guarda responsável**. Essas atividades podem ser realizadas por meio de matérias que abordem o respeito aos seres vivos e o dever de cuidar dos animais como parte da cidadania. *** Realização de palestras educativas** com profissionais da área veterinária, ONGs, ou especialistas em bem-estar animal, com o objetivo de sensibilizar e informar os estudantes sobre como cuidar adequadamente dos animais e como agir em situações de abandono. *** Atividades práticas e interativas**, como oficinas de conscientização, visitação a abrigos de animais ou participação em campanhas de adoção responsável. Essas atividades podem envolver os alunos na promoção da mudança de comportamento, oferecendo exemplos concretos de boas práticas. *** Ações comunitárias**, como a realização de campanhas de arrecadação de alimentos e recursos para abrigos de animais, além de ações de orientação à população sobre o que fazer em caso de avistamento de animais abandonados.
Público-alvo:	Estudantes de todos os níveis e modalidades da Educação Básica Municipal.
Resultados esperados:	*** Aumento da conscientização da comunidade escolar sobre a guarda responsável de animais** e o combate ao abandono e maus-tratos. Espera-se que a mudança de comportamento comece a ser refletida dentro da escola e, progressivamente, nas famílias e na comunidade. *** Diminuição do número de casos de abandono de animais**, especialmente durante o mês de dezembro, com a promoção de uma cultura de respeito aos direitos dos animais. *** Capacitação dos alunos para se tornarem multiplicadores de informação** e ajudarem a conscientizar outros membros da sociedade sobre a responsabilidade de cuidar dos animais. *** Fortalecimento das redes de apoio a animais abandonados**, como ONGs, abrigos e grupos voluntários, por meio das ações educativas e sociais realizadas nas escolas. *** Melhora no bem-estar dos animais** que são alvo de abandono, com um aumento nas adoções responsáveis, cuidados adequados e redução dos maus tratos.

Programa Saúde na Escola - PSE	
Proponente:	PSEs
Justificativa:	O PSE (Programa Saúde na Escola) visa contribuir para a formação integral dos estudantes, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, enfrentando as vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento pleno de crianças e jovens da rede pública de ensino.
Objetivo Geral:	Contribuir para a formação integral dos estudantes da educação básica, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, visando enfrentar as vulnerabilidades que afetam seu desenvolvimento.

Metodologia:	O planejamento do PSE considera o contexto escolar e social, o diagnóstico local em saúde do escolar e a capacidade operativa em saúde do escolar. O programa é constituído por cinco componentes: 1- Avaliação das condições de saúde das crianças e jovens. 2- Promoção da saúde e prevenção de doenças. 3- Educação permanente e capacitação dos profissionais de educação, saúde e jovens. 4- Monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes. 5- Monitoramento e avaliação do programa.
Público-alvo:	Alunos, Professores, Funcionarios e Comunidade.
Resultados esperados:	*Reduzir a mortalidade e os riscos associados ao consumo de substâncias nocivas. *Promover práticas de saúde física e mental, como alimentação saudável, atividade física, prevenção de doenças e promoção da saúde sexual e reprodutiva.

11.2. Projetos da Instituição

Projeto: Soletrando	
Proponente:	**Fundamental I e II.**
Justificativa:	**O Projeto Soletrando surge da necessidade de desenvolver habilidades de leitura e escrita em alunos, fundamentais para o sucesso acadêmico e profissional. A soletração é uma habilidade básica que pode ser aprimorada com prática e dedicação.**
Objetivo Geral:	**O objetivo geral do Projeto Soletrando é desenvolver habilidades de leitura e escrita em alunos, por meio da prática de soletração e atividades relacionadas.**
Metodologia:	• **Soletração de palavras: Prática de soletração de palavras, com ênfase na precisão e fluência.** • **Atividades interativas: Utilização de jogos, brincadeiras e atividades interativas para tornar a aprendizagem mais divertida e interativa.** • **Leitura e escrita: Prática de leitura e escrita de textos, com ênfase na compreensão e expressão.** • **Avaliação e feedback: Avaliação regular do progresso dos alunos e feedback construtivo para ajudá-los a melhorar.**
Público-alvo:	• **Alunos do ensino fundamental: Alunos do ensino fundamental que precisam desenvolver habilidades de leitura e escrita.** • **Alunos com dificuldades de aprendizagem: Alunos com dificuldades de aprendizagem que precisam de apoio adicional para desenvolver habilidades de leitura e escrita.**
Resultados esperados:	• **Melhoria das habilidades de leitura e escrita: Alunos desenvolvem habilidades de leitura e escrita mais precisas e fluentes.** • **Aumento da confiança: Alunos aumentam sua confiança em suas habilidades de leitura e escrita.** • **Desenvolvimento de habilidades cognitivas: Alunos desenvolvem habilidades cognitivas, como memória e atenção.** • **Melhoria do desempenho acadêmico: Alunos melhoram seu desempenho acadêmico em geral.**

Projeto: Páscoa	
Proponente:	Toda a Escola
Justificativa:	A Páscoa é uma data importante no calendário escolar, que pode ser aproveitada para desenvolver atividades educativas e criativas. O Projeto Páscoa visa celebrar essa data de forma significativa e divertida.
Objetivo Geral:	Celebrar a Páscoa de forma educativa e divertida, desenvolvendo atividades que promovam a criatividade, a cooperação e a reflexão.
Metodologia:	• Atividades artísticas: Atividades artísticas, como pintura, desenho e artesanato. • Jogos e brincadeiras: Jogos e brincadeiras que promovam a cooperação e a criatividade. • Histórias e contos: Histórias e contos sobre a Páscoa e sua importância cultural e religiosa. • Atividades práticas: Atividades práticas, como culinária e decoração.
Público-alvo:	Educação infantil: Agrupamento 4 e 5 anos. Ensino fundamental (1º ao 9º ano).
Resultados esperados:	• Desenvolvimento de habilidades criativas: Crianças desenvolvem habilidades criativas e artísticas. • Promoção da cooperação: Crianças aprendem a trabalhar em equipe e a cooperar. • Reflexão sobre a Páscoa: Crianças refletem sobre o significado da Páscoa e sua importância cultural e religiosa. • Diversão e alegria: Crianças se divertem e se alegram com as atividades.

Projeto: Dia das Mães	
Proponente:	Toda a Escola
Justificativa:	O Dia das Mães é uma data importante para refletir sobre a importância da família e da mãe na vida das crianças. O Projeto Dia das Mães visa celebrar essa data de forma educativa e significativa.
Objetivo Geral:	Celebrar o Dia das Mães de forma educativa e significativa, promovendo a reflexão sobre a importância da família e da mãe.
Metodologia:	• Atividades artísticas: Atividades artísticas, como pintura, desenho e artesanato. • Cartas e mensagens: Cartas e mensagens para as mães. • Palestra: Palestra sobre a importância da família e da mãe. • Parte cultural: Parte cultural com música e dança. • Sorteios: Sorteios de prêmios para as mães.
Público-alvo:	• Mães e familiares da comunidade
Resultados esperados:	• Celebração significativa: O Dia das Mães é celebrado de forma significativa e divertida.

	• Reflexão sobre a importância da família: As mães e familiares refletem sobre a importância da família e da mãe. • Fortalecimento de laços: Laços entre as famílias e a comunidade são fortalecidos.

Projeto: "Festa Junina: Tradição e Alegria"	
Proponente:	Toda a escola
Justificativa:	A Festa Junina na escola é uma oportunidade para promover a cultura, a socialização, a aprendizagem e a diversão, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos.
Objetivo Geral:	Celebrar a Festa Junina de forma educativa e divertida, promovendo a reflexão sobre a importância das tradições culturais brasileiras.
Metodologia:	• Atividades em sala de aula: Atividades em sala de aula sobre a Festa Junina e suas tradições. • Preparação da festa: Preparação da festa com a participação de todos os alunos. • Eleição do rei e rainha da pipoca: Eleição do rei e rainha da pipoca com a participação de todos os alunos.
Público-alvo:	Educação infantil: Agrupamento 4 e 5 anos. Ensino fundamental (1º ao 9º ano).
Resultados esperados:	• Reflexão sobre a importância das tradições: Alunos refletem sobre a importância das tradições culturais brasileiras. • Desenvolvimento de habilidades: Alunos desenvolvem habilidades criativas e artísticas. • Fortalecimento da identidade cultural: Alunos fortalecem a identidade cultural e o sentimento de pertencimento à comunidade. • Diversão e alegria: Alunos se divertem e se alegram com a festa.

Projeto: Dia dos Pais	
Proponente:	Toda Escola
Justificativa:	O Dia dos Pais é uma data importante para celebrar a dedicação e o amor dos pais. O projeto visa promover uma celebração significativa e divertida para os pais da comunidade escolar.
Objetivo Geral:	Celebrar o Dia dos Pais de forma significativa e divertida, promovendo a reflexão sobre a importância da família e do pai.
Metodologia:	• Atividades para os pais e filhos: Atividades para os pais e filhos, como artesanato, jogos e brincadeiras. • Palestra: Palestra sobre a importância da família e do pai. • Homenagem: Homenagem aos pais com música, poesia ou outras formas de expressão artística.
Público-alvo:	Educação infantil: Agrupamento 4 e 5 anos. Ensino fundamental (1º ao 9º ano).

Resultados esperados:	• Celebração significativa: O Dia dos Pais é celebrado de forma significativa e divertida. • Reflexão sobre a importância da família: Os pais e responsáveis refletem sobre a importância da família e do pai. • Fortalecimento de laços: Laços entre os pais e os filhos são fortalecidos. • Aumento da participação: Aumento da participação dos pais na vida escolar dos filhos.

Projeto:	**"7 de Setembro: Celebrando a Independência do Brasil"**
Proponente:	Toda Escola
Justificativa:	O Dia 7 de Setembro é uma data importante para celebrar a Independência do Brasil. O projeto visa promover uma celebração significativa e educativa para toda a escola.
Objetivo Geral:	Celebrar a Independência do Brasil de forma educativa e significativa, promovendo a reflexão sobre a importância da liberdade e da cidadania.
Metodologia:	• Atividades em sala de aula: Atividades em sala de aula sobre a história da Independência do Brasil. • Preparação do desfile cívico: Preparação do desfile cívico com a participação de todos os alunos. • Culminância: Desfile cívico no dia 7 de setembro, com a participação de todos os alunos da escola.
Público-alvo:	• Educação infantil; • Ensino fundamental (1º ao 9º ano);
Resultados esperados:	• Reflexão sobre a importância da Independência: Alunos refletem sobre a importância da Independência do Brasil. • Desenvolvimento de habilidades: Alunos desenvolvem habilidades criativas e artísticas. • Fortalecimento da identidade nacional: Alunos fortalecem a identidade nacional e o sentimento de pertencimento ao país. • Participação no desfile cívico: Alunos participam do desfile cívico com entusiasmo e orgulho.

Projeto:	**"Primavera na Escola: Celebrando a Renovação e a Vida"**
Proponente:	Toda Escola
Justificativa:	A primavera é uma estação do ano que simboliza a renovação e a vida. O projeto visa promover a reflexão sobre a importância da natureza e do meio ambiente.
Objetivo Geral:	Celebrar a primavera de forma educativa e significativa, promovendo a reflexão sobre a importância da natureza e do meio ambiente.
Metodologia:	• Atividades em sala de aula: Atividades em sala de aula sobre a primavera e a importância da natureza.

	• Plantio de flores e árvores: Plantio de flores e árvores na escola. • Criação de materiais artísticos: Criação de materiais artísticos sobre a primavera. **Culminância da Festa da Primavera** • Dança da Primavera: Uma apresentação de dança que celebre a chegada da primavera. • Desfile de Flores: Um desfile com fantasias e acessórios que representem a primavera. • Apresentação de Músicas: Uma apresentação de músicas que celebrem a primavera.
Público-alvo:	• Educação infantil; • Ensino fundamental (1º ao 9º ano);
Resultados esperados:	• Fortalecimento da consciência ambiental: Alunos desenvolvem uma maior consciência sobre a importância da natureza e do meio ambiente. • Desenvolvimento de habilidades criativas: Alunos desenvolvem habilidades criativas e artísticas através das atividades da festa. • Promoção da integração: A festa promove a integração entre os alunos, professores e funcionários da escola. • Celebração da primavera: A festa celebra a chegada da primavera de forma divertida e significativa. • Desenvolvimento de atitudes sustentáveis: Alunos desenvolvem atitudes sustentáveis e responsáveis em relação ao meio ambiente.

12. Temas Transversais

Os temas transversais correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana com temas que abordam valores referentes à cidadania: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural.

Através da tematização da **Ética** deverão ser abordados temas da atualidade que possam ser estudados e analisados de modo a estimular a autonomia na composição de valores dos educandos, auxiliando-os a se situarem nas interações sociais dentro da escola e da comunidade como um todo, abrangendo os principais grupos temáticos: respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade.

Quanto ao tema **transversal** Meio Ambiente, devemos lembrar que não se reduz apenas ao ambiente físico e biológico, mas abrange também as relações sociais, econômicas e culturais. Através dessa visão devemos propiciar momentos de reflexões que induzam os alunos ao enriquecimento cultural, à qualidade de vida e à preocupação com o equilíbrio ambiental.

Quanto ao tema **Orientação sexual** devemos lembrar que são questões a serem abordadas em sala de aula, apesar de abranger assuntos de foro íntimo. As abordagens estarão vinculadas a métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, a descoberta do próprio corpo e da sexualidade, que poderão ser aprofundadas, a partir de evidências objetivas.

Pelo motivo da sociedade brasileira ser formada por diversas etnias, a abordagem da **Pluralidade Cultural** tem como missão respeitar os diferentes grupos e culturas que compõem o contexto étnico brasileiro, estimulando a convivência dos diversos grupos e fazendo dessa particularidade um fator de enriquecimento cultural.

O tema transversal **Trabalho/Consumo** torna-se adequado para preparar os jovens para a sua inclusão no mundo do trabalho, e é apropriado para discutir assuntos como consumo, direitos, desemprego, etc.

A abordagem do tema **Saúde**, compreende as noções básicas de higiene e saúde, responsabilizando cada indivíduo pelo seu próprio bem-estar. Esse tema possui uma abordagem utilitária de assuntos como, Aids, uso de drogas e gravidez na adolescência, dentre outros. O **Programa Saúde na Escola** desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

Os temas transversais devem ser trabalhados de maneira interdisciplinar, para que seja possível transformar e aceitar uma visão diferenciada de mundo, de conhecimento e de ensino e aprendizagem. A interdisciplinaridade e a transversalidade se completam, na realidade escolar, com o "olhar" de abordar o conhecimento, como algo ativo, inacabado, passível de transformação e de ser vinculado às questões sociais.

12.1. Sala Maker

https://littlemaker.com.br/

A **Sala de Aula Maker** ou **Espaço Maker** é um ambiente criativo onde os estudantes têm a oportunidade de explorar diferentes formas de aprender, através da arte, construção e outras atividades práticas. Nesse espaço, elas podem trabalhar com materiais como papel, papelão, tintas, e outros itens recicláveis para criar objetos e expressar suas ideias de maneira única. Além disso, há atividades como marcenaria, robótica, oficinas de computação e artesanato, que ajudam no desenvolvimento de habilidades importantes, como o trabalho em equipe, a resolução de problemas e a criatividade.

Em um Espaço Maker, todos os componentes curriculares podem ser enriquecidos com abordagens práticas e criativas, permitindo que os alunos apliquem o que aprendem de forma mais concreta. Embora esses laboratórios aconteçam frequentemente dentro da própria sala de aula, um espaço dedicado exclusivamente para oficinas seria o ideal, pois oferece mais liberdade para explorar e criar sem as limitações do ambiente tradicional, ele é essencial para o desenvolvimento das habilidades específicas relacionadas à **BNCC da Computação**, proporcionando aos estudantes as ferramentas necessárias para explorar esses conceitos de forma integrada e inovadora. Para viabilizar a criação de uma Sala Maker, os gestores escolares podem usar verbas escolares voltadas para inovação, planejando ações que incluam a aquisição de materiais e a implementação de projetos. Com essa estrutura, a escola se torna um lugar ainda mais dinâmico e inspirador para o aprendizado.

12.2. Laboratório de Informática

A **sala de informática** será utilizada exclusivamente para fins pedagógicos, no contexto das atividades educacionais da instituição. O acesso e uso dos equipamentos estarão sujeitos à coordenação pedagógica da escola, que definirá o planejamento didático e o cronograma de uso.

Todos os usuários devem manter uma postura de respeito, organização e disciplina ao utilizar a sala, colaborando para a preservação dos equipamentos, do ambiente e para um clima produtivo de trabalho. O descumprimento das normas de uso ou a utilização inadequada dos recursos disponíveis poderá resultar na suspensão do acesso à sala de informática.

É permitida a navegação em sites da internet apenas quando estiverem diretamente relacionados ao conteúdo da aula. O **download** de arquivos será restrito às atividades pedagógicas e deve ocorrer de acordo com as diretrizes do planejamento.

O uso de programas de **chat** e o acesso a **redes sociais** só serão autorizados se estiverem diretamente vinculados a uma proposta pedagógica específica.

13. Avaliação

O processo de avaliação da aprendizagem escolar deve considerar, cotidianamente, a efetiva presença e participação do aluno nas atividades escolares sua comunicação com os colegas, com os professores e com os agentes educativos, sua sociabilidade, sua capacidade de criar, apropriar-se dos conteúdos disciplinares inerentes à idade e série, de tomar iniciativa e o desenvolvimento ao ler, escrever e interpretar, visando à sua aquisição dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários ao pleno exercício da cidadania.

As avaliações se predispõem em testes, seminários, pesquisas, trabalhos individuais ou em grupo, apresentação teatral, ficha literária e provas.

A Recuperação Paralela é um direito do aluno e deverá ser cumprida conforme prevê a Resolução CME nº 59 de 27/09/2016.

13.1. Critérios de Avaliação

13.1.2. Educação Infantil

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394 de 1996 (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) sobre a avaliação, a educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

Quanto ao processo de Avaliação, para que a mesma seja realmente significativa e proporcione o desenvolvimento tanto das crianças como dos educadores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Será observado o roteiro de acompanhamento sistemático de elaboração do relatório avaliativo da educação infantil:

- Observações;
- Registros através de relatório escrito reflexivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de relatório descritivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de fotografias;
- Registro através de filmagens;
- Registro através de gravações em áudio;
- Registro através de fichas individuais elaboradas pela instituição/SME.

Será elaborado um relatório de caráter formal de caráter descritivo, crítico e reflexivo a partir do desenvolvimento da criança, em relação a cada eixo temático trabalhado, enfatizando os diversos aspectos do processo do seu desenvolvimento. Esse relatório será realizado a partir dos instrumentos avaliativos acima citados e deverá compor a documentação pedagógica da criança, ficando ao final do semestre na sua pasta arquivada na Secretaria da Instituição.

13.1.3. Ensino Fundamental

13.1.4. Ciclo de Alfabetização 1º e 2º ano

A avaliação para o 1º ano do Ensino Fundamental de 09 anos dar-se-á através de relatórios individuais (em anexo) conforme cumprimento das Matrizes Curriculares de habilidades, definidas, sendo vedada a retenção neste percurso. Esses relatórios são encontrados nos diários eletrônicos do sistema MegaEduca.

No 2º ano a avaliação seguirá conforme normatização para o 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

13.1.5. Ensino Fundamental (2º ao 9º ano)

As avaliações se predispõem em testes, seminários, pesquisas, trabalhos individuais ou em grupo, apresentação teatral, ficha literária, provas entre outros instrumentos verificadores das expectativas curriculares.

1. Cada componente curricular deve ser avaliado através de pelo menos 03 (três) instrumentos avaliativos.
2. Cada instrumento avaliativo deve ter o valor máximo de 3.0 (três pontos).
3. Caso haja avaliação de produção atitudinal (por exemplo, participação, responsabilidade de caderno) a esta deve ser atribuído no máximo 1.0 (um ponto).
4. Aos trabalhos, pesquisas, dentre outros conforme prevê o artigo 5º da Resolução CME nº 59 de 27/09/2016, serão atribuídos 3,0 (três pontos).
5. Aos conteúdos procedimentais e conceituais serão atribuídos 6,0 (seis pontos) distribuídos em avaliações previamente planejadas junto à coordenação pedagógica da unidade escolar para aferição individualizada.
6. Todos os instrumentos de avaliação devem ser aplicados para mensuração do alcance das expectativas de aprendizagem propostas na referência curricular adotada.

13.1.6. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A avaliação deve ser feita de acordo com as potencialidades e os conhecimentos adquiridos pelo aluno. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve ser avaliado em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Dessa forma, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos avaliativos usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar.

É essencial considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas: verificar como ele lida com cálculos, desenho e escrita, por exemplo. A produção escolar, cadernos, exercícios, a socialização com os colegas no desenvolver das atividades também deve ser levada em conta. Deve ser valorizado cada ganho do aluno, cada conquista em seu processo de aprendizagem.

O aluno será avaliado não apenas na sala de aula comum pelo professor regente, como também nas atividades realizadas no Atendimento Educacional Especializado pelo professor da Sala de Recursos Multifuncional. O qual desenvolverá atividades diferenciadas em relação às realizadas na sala comum, tais como: estímulos sensório-motor, identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade, com o objetivo de preparar, estimular e colaborar para a melhora na aquisição de conhecimentos dos alunos.

Assim, a avaliação do aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação, se dará da seguinte forma:

Na sala de aula comum - O aluno será avaliado, conforme o que foi planejado e registrado no Plano Educacional Individualizado (PEI), conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, homologado pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC em novembro de 2024. Os instrumentos de avaliação serão escolhidos e adaptados pelo professor regente com o auxílio do professor do AEE de acordo com o desenvolvimento e a necessidade de cada aluno.

O registro final dessa avaliação continuará sendo por meio de nota, como dos demais alunos, com o diferencial acrescido da elaboração pelo professor regente de relatório descritivo bimestral, apresentando os ganhos educacionais do aluno e os pontos que necessitam ser reforçados no decorrer do ano. Desta forma, o Relatório Descritivo de Acompanhamento Bimestral deverá ser transformado em nota, conforme preconizado na Resolução CME nº 21 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a retificação da Resolução das Diretrizes

Curriculares para atendimento do estudante com deficiência. Assim, os parâmetros de conversão de relatórios em notas devem seguir a tabela a seguir:

Tabela de conversão de Relatório Descritivo em nota	
Critério Descritivo	**Nota correspondente**
Não desenvolveu as habilidades	0 – 3,0
Desenvolvimento insatisfatório	3,1 – 5,9
Desenvolvimento regular	6,0 – 6,9
Desenvolvimento bom	7,0 – 7,9
Desenvolvimento muito bom	8,0 – 8,9
Desenvolvimento excelente	9,0 – 10,0

Retirado da Resolução CME nº 5, 26 de fevereiro de 2025.

Conforme preconizado pela Lei nº 14.254 de 30 de novembro de 2021 e pela Resolução nº 50 de 31 de maio de 2023, compete às Instituições de Educação promover acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem, em todas as etapas da escolarização, devendo realizar Plano Educacional Individualizado, atividades e avaliações adaptadas e coerentes com o ministrado com o aluno, devendo produzir relatório e converter em nota.

Na Sala de Recursos Multifuncionais - Durante todo o processo, o aluno será avaliado, gerando um registro do que foi observado, mediante o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) conforme preconizado no Parecer CNE nº 50/2023, elaborado pelo professor do AEE. No final do bimestre o professor deverá preencher a Ficha Avaliativa por Conceitos e descrever as conquistas do aluno e quais objetivos foram alcançados e registrar de que forma as ações do AEE repercutiram no seu desempenho escolar, devendo o relatório produzir ser assinado pelos responsáveis do aluno e pelo corpo docente da Unidade Escolar.

Avaliar o desempenho escolar do aluno com deficiência requer um olhar de valorização das aquisições. Valorizar as aquisições e não as perdas.

Portanto, o processo de avaliação deve objetivar o aprendizado e não a classificação, retenção ou promoção dos estudantes. Desse modo, quanto à promoção dos alunos que apresentam necessidades especiais, o processo avaliativo deve seguir os critérios adotados para todos os demais ou adotar adequações, quando necessário. Segundo MEC, na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, alguns aspectos precisam ser considerados para orientar a promoção ou a retenção do aluno na série, etapa, ciclo (ou outros níveis):

"A possibilidade de o aluno ter acesso às situações escolares regulares e com menor necessidade de apoio especial; A valorização de sua permanência com os colegas e grupos que favoreçam o seu desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem; A competência curricular, no que se refere à possibilidade de atingir os objetivos e atender aos critérios de avaliação previstos no currículo adaptado; O efeito emocional da promoção ou da retenção para o aluno e sua família".

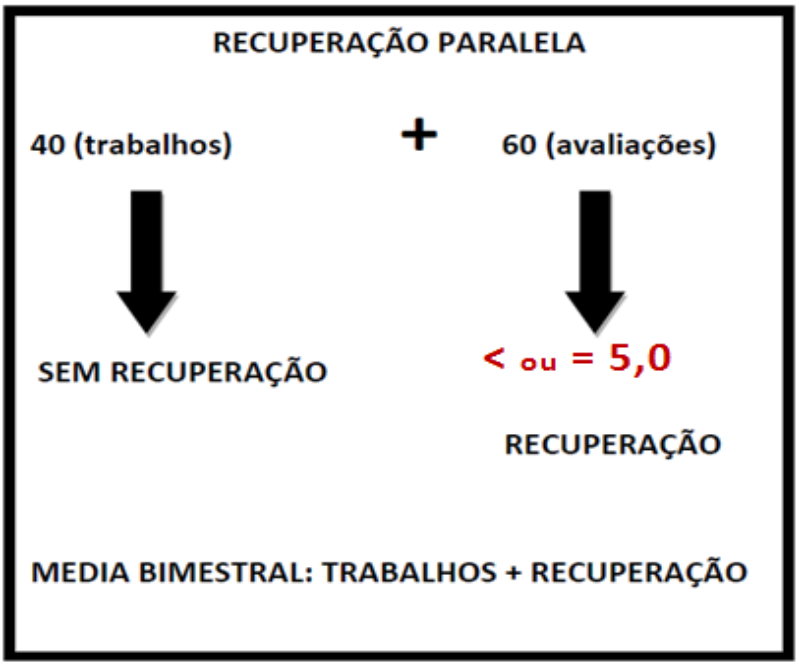
A decisão sobre a promoção ou retenção do aluno, deve envolver o mesmo grupo responsável pela elaboração do PEI do aluno e a família, e ser registrado em ata.

A flexibilidade e a dinamicidade do currículo regular podem não ser suficientes para superar as restrições do sistema educacional ou compensar as especificidades reais dos alunos com deficiência. Desse modo e nas atuais circunstâncias, entende-se que as adequações curriculares se fazem, ainda, necessárias.

14. Recuperação Paralela

O aluno que demonstra dificuldade de desenvolvimento, em qualquer um dos aspectos citados acima, é assegurado o direito de acompanhamento especial, individualizado, e a recuperação paralela, por equipe

devidamente preparada, que seja capaz de contribuir de modo efetivo para a superação das dificuldades detectada. O processo de recuperação da aprendizagem deve ser contínuo e cumulativo. A Recuperação Paralela deve ser aplicada de acordo com o conteúdo programático bimestral, excluindo os 4,0 (quatro) pontos destinados aos outros instrumentos avaliativos como trabalhos, pesquisas, conceitos, etc., que por si só já são instrumentos de recuperação paralela. De acordo com a Resolução CME nº 110 de 26 de outubro de 2023 – Dispõe sobre a Padronização da Média Escolar nas Instituições de Ensino de Educação Básica jurisdicionadas ao Conselho Municipal de Educação de Cristalina-Goiás, a partir de 1º de janeiro de 2024, a média escolar 6,0 (seis) para aprovação.



15. Recuperação Especial

Segundo a Resolução CME Nº 59 de 29 de setembro de 2016, a Recuperação em época especial, de caráter facultativo à Unidade Escolar, após o cumprimento dos 200 (duzentos) dias letivos, tem por objetivo oferecer ao aluno condições favoráveis para alcançar o mínimo exigido para sua promoção, em até 03(três) disciplinas.

A Unidade Escolar deverá viabilizar estratégias diferenciadas para os estudos de recuperação, com acompanhamento o mais individualizado possível.

A Recuperação Especial será oferecida aos alunos do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental que apresentarem conceito inferior a 6,0 (seis) pontos na média final da disciplina.

16. Progressão Parcial

A Progressão Parcial (ou dependência) em até 02 disciplinas será realizada conforme determina o Regimento Escolar Único, onde só será permitida a partir do 6º ano em até 02(duas) disciplinas e deverá ser concluída no ano posterior. Não há Progressão Parcial no 9º ano, uma vez que o aluno será transferido para outro Sistema Educacional o qual pode não adotar o regime de dependência. O Aluno com dependência no 9º ano só poderá receber o histórico após concluída a dependência.

A progressão Parcial não se vincula aos dias letivos, à carga horária anual e a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), mas, tão somente o programa de estudos, podendo ser concluído em qualquer período do ano letivo, de acordo com a avaliação do Conselho de Classe conforme Resolução do CME nº 67/2018.

17. Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição

PLANO ANUAL DE AÇÃO COLETIVA DA (ESCOLA MUNICIPAL PAULO GONTIJO)		
	O que detectamos em 2024 que precisamos melhorar ou solucionar em 2025?	**O que VAMOS fazer?**
APRENDIZAGEM DOS ALUNOS	1. Alfabetização (problemas de fluência, interpretação, escrita e índice de alfabetização); 2. Alto índice de reprovação (distorção idade série; 3. Pouco interesse ou aprendizagem em algum componente curricular; 4. IDEB; 5. SAEGO ALFA.	• Mudar a abordagem nas aulas tornando-as mais atrativas. Os tempos mudaram e os professores reconhecem que essas novas gerações de alunos não conseguem mais prestar atenção em aulas expositivas e monótonas. • Realizar constantemente avaliações diagnósticas para identificar alunos com dificuldades de aprendizagens e fazer a intervenção pedagógica de recuperação. • Aproveitar o recurso da Recuperação Paralela bem planejada para intervenção pedagógica. • Utilizar os materiais disponibilizados pelo Departamento Pedagógico da SME como instrumentos para revisão, recuperação e fixação de aprendizagem. • Acompanhar os resultados das avaliações externas como SAEB, AlfaMais, refletindo sobre os resultados e adotar intervenção imediata para melhorar o desempenho individual do aluno e das instituições. • Conversar individualmente com os pais dos estudantes com problemas de faltas e pontualidade, buscando firmar o compromisso de reverter essa situação. Inclusive com o registro assinado em ata. • Recuperar as aprendizagens dos estudantes do 3º e 6º ano, das habilidades com déficit identificadas nos resultados do SAEGO ALFA do 2º e 5º ano. • Monitorar e promover a recuperação de aprendizagens dos estudantes identificados no SAEGO ALFA com baixa proficiência.

RELAÇÕES COM OS ALUNOS	1. Bullying= fazer e executar projeto 2. Violência 3. Uniformes 4. Vulnerabilidade social	• Palestras de prevenção e combate ao bullying, estimulando a empatia, o respeito às diferenças, solidariedade, visando uma cultura de paz. Palestrantes são os próprios professores com materiais adequados para o evento. • Sensibilizar os estudantes sobre a gravidade da violência nas escolas e suas consequências para as pessoas envolvidas; • Favorecer o exercício da leitura e da discussão de obras que abordam as situações de vulnerabilidade que você deseja trabalhar com os estudantes. • O uniforme escolar é uma representação visual da instituição de ensino. Ele promove um senso de identidade e pertencimento à escola, construindo uma conexão mais profunda entre os alunos e a comunidade escolar.

RELAÇÕES INTERPESSOAIS DA EQUIPE	1. Bullying= fazer e executar projeto 2. Falta de participação nas decisões da instituição. 3. Falta de diálogo. 4. Problemas de hierarquia 5. Resistência em atender as determinações/orientações pedagógicas. 6. Resistência à Formação Continuada.	• Realizar bimestralmente momentos de diálogo entre os professores e a gestão escolar para alinhamento das condutas e comportamentos aceitáveis profissionalmente no ambiente escolar. • Promover palestra/oficina com profissional de Recursos Humanos ou Psicólogo voltada à reflexão sobre o papel profissional de cada membro da equipe e o fortalecimento do trabalho coletivo em prol da instituição. • Promover estudo coletivo das obrigações de cada profissional conforme o Estatuto do Magistério e Regimento Escolar. Procurar construir um acordo coletivo de retomada de boas prática e condutas, buscando destacar a responsabilidade e o compromisso profissional de cada um. • Conversar individualmente e com registro escrito com os profissionais mais resistentes a respeito de suas obrigações e possíveis consequências do não cumprimento das mesmas. • Incentivar os docentes e funcionários que não tiveram oportunidade a retornarem aos estudos para ter meios de progredir profissionalmente. • Incentivar os professores a realizarem cursos de formação continuada para aperfeiçoar sua prática profissional e adquirir conhecimentos para fazerem concursos e até mesmo se efetivar na escola.
PARTICIPAÇÃO DOS PAIS	1. Falta de acompanhamento do cotidiano escolar dos filhos. 2. Pouca participação em reuniões e outros eventos da instituição. 3. Falta de participação nas decisões da instituição. 4. Pouco entendimento sobre a metodologia da instituição por exemplo, a Educação Infantil.	• Ter mais reuniões periódicas para incentivar a participação e esclarecer o quanto é importante o acompanhamento dos pais na vida de seu filho. • Bimestralmente na entrega de boletins, promover a reflexão através de textos, conversa, vídeos sobre a importância dos pais na vida escolar dos filhos. • (Convidar alguém respeitado profissionalmente, por sua conduta moral, reconhecimento pela comunidade, representação religiosa) para conversar com os pais sobre o papel que têm de cuidado, proteção e incentivo dos filhos para as boas atitudes e valorização dos estudos. • Promover semestralmente um evento de confraternização com as famílias e aproximação com a escola. Por exemplo, um almoço.

INFRAESTRUTURA	1. Salas de aulas bem preparadas	• Carteiras confortáveis, iluminação adequada, boa acústica e limpeza diária são apenas alguns dos fatores que fazem com que uma sala de aula esteja **bem preparada para receber os alunos**.
PRIORIDADES DO PDDE	1. As verbas do **PDDE** devem ser utilizadas para adquirir bens e melhoria da Infraestrutura física, bem como para o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas das escolas. **Lembrete:** 80% custeio 20% capital	• As verbas são utilizadas para as compras de acordo com a necessidade da Instituição. Faz-se o levantamento das prioridades e de acordo com as necessidades são feitas as compras dentro das regras e normas estabelecidas.
SITUAÇÃO LEGAL DA INSTITUIÇÃO	• Documentação em dia.	• Vigente até o dia 30/11/2025.

18. Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Alfa Mais Goiás: Fortalecimento da Educação em Goiás.* Brasília: MEC, 2023.
Este documento aborda as estratégias e objetivos do programa Alfa Mais Goiás, destacando os avanços na educação básica e a integração de metodologias inovadoras nas escolas do estado de Goiás.

SANTOS, Maria Lúcia dos. *Educação Ambiental: Práticas e Perspectivas no Contexto Escolar.* São Paulo: Editora Educação Sustentável, 2021.
A autora discute a importância da educação ambiental nas escolas, com ênfase nas práticas pedagógicas que podem ser implementadas para sensibilizar os alunos sobre as questões ambientais desde a educação infantil até o ensino médio.

SOUSA, João P. de. *Escola em Tempo Integral: Desafios e Possibilidades para a Formação Integral do Estudante*. Campinas: Editora Acadêmica, 2020.
Este livro aborda as diferentes abordagens para a implementação de escolas em tempo integral, suas vantagens no processo de aprendizagem e a construção de um ambiente educacional mais amplo e integrado para os alunos.

MARTINS, Fernanda S. e LIMA, Marcos T. de. *A Escola das Adolescências: Inovações Pedagógicas e Formação Integral de Jovens*. Rio de Janeiro: Editora Juventude e Educação, 2022.
A obra analisa o conceito de escola para adolescentes, focando nas estratégias pedagógicas que visam promover uma educação mais inclusiva e adaptada às necessidades dessa faixa etária.

GOMES, Rita S. et al. *Práticas de Educação Ambiental nas Escolas de Tempo Integral em Goiás.* Goiânia: Editora Goiás, 2021.
Este estudo investiga as práticas de educação ambiental nas escolas de tempo integral no estado de Goiás, destacando os desafios e as metodologias aplicadas para integrar questões ambientais ao currículo escolar.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e Ensino Fundamental: Computação e Tecnologias Digitais*. Brasília: MEC, 2020.
A BNCC aborda a inserção das competências digitais e de computação no currículo escolar, evidenciando a importância da educação tecnológica no desenvolvimento dos alunos, desde a educação infantil até o ensino fundamental.

SILVA, Claudia N. da. *Antirracismo na Educação: Práticas Pedagógicas para a Inclusão Étnico-Racial nas Escolas.* São Paulo: Editora Educativa, 2021.
Este livro oferece reflexões e práticas pedagógicas para promover o antirracismo nas escolas, com foco na inclusão étnico-racial e na valorização da cultura negra dentro do ambiente escolar.

LIMA, Marcos T. de e PEREIRA, Ana Lúcia F. *Inclusão Étnico-Racial e Educação: Desafios e Estratégias para uma Prática Pedagógica Antirracista*. Rio de Janeiro: Editora Diversidade, 2022.

A obra discute a implementação de ações pedagógicas antirracistas e a importância de uma abordagem inclusiva, que promova a igualdade de oportunidades para estudantes de diferentes etnias.

BOUTINET, Jean-Pierre. *Antropologia do Projeto*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2002. O autor explora a relação entre antropologia e o conceito de projeto, discutindo suas implicações no desenvolvimento de propostas educacionais e sociais.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Documento que apresenta diretrizes para a formação de currículos voltados para a educação infantil, com ênfase nas práticas pedagógicas para o desenvolvimento integral das crianças.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Para a Formação de Professores*. MEC/SEF. Brasília, 1999. Este referencial propõe orientações para a formação docente, buscando fortalecer as práticas pedagógicas e o desenvolvimento profissional dos educadores.

BRASIL. *Lei 9394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece as normas gerais para a educação brasileira, definindo direitos e responsabilidades em todos os níveis de ensino.

BRASIL. *Lei 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: MEC, 1990. Este documento estabelece os direitos fundamentais da criança e do adolescente, com foco na proteção, educação e cidadania.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. CBMM/Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças/UNICEF/Oficina de Ideias. *10 Medidas Básicas para a Infância Brasileira*. São Paulo, 1994.
As medidas apresentadas visam promover o desenvolvimento e a proteção integral da criança, com implicações diretas nas práticas pedagógicas e educacionais.

DEWEY, J. *Como Pensamos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
A obra de Dewey aborda a importância do pensamento crítico e reflexivo no processo educacional, defendendo a educação como um meio para o desenvolvimento do pensamento independente e da resolução de problemas.

DOMINGUES, José Luís. *O Cotidiano da Escola de 1º Grau: O Sonho e a Realidade*. Tese de doutorado, PUC, São Paulo, 1985.
A pesquisa de Domingues reflete sobre as contradições entre as expectativas e a realidade do cotidiano escolar, especialmente no ensino fundamental.

HERNÁNDEZ, F. & VENTURA, M. *A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho: O Conhecimento é um Caleidoscópio*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.
O livro discute como organizar o currículo escolar a partir de projetos de trabalho, com uma abordagem interdisciplinar e centrada na construção do conhecimento pelo aluno.

MIRANDA, Cláudia. LOPES, Angélica Carvalho. RODRIGUES, Vera Lúcia. *Alfabetização*. São Paulo: Ática, 2001. A obra oferece uma reflexão sobre as práticas de alfabetização e a construção do conhecimento, com foco nas metodologias mais eficazes para o desenvolvimento da leitura e escrita.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. *Escola, Currículo e a Construção do Conhecimento*. In: *Escola Básica.* Coletânea CBE Campinas, Papirus, 1992. O autor reflete sobre o papel do currículo escolar na construção do conhecimento e como ele pode ser um instrumento para a promoção de um aprendizado mais significativo.

RIBEIRO, Lucília Ávila. *Coleção Construindo um Mundo Melhor com Estudos Sociais, Saúde e Ciências.* São Paulo: Editora Ávila, 2005. A coleção busca integrar temas de estudos sociais, saúde e ciências de forma a promover a educação para a cidadania e o bem-estar social.

SNIDER, Georges. *Alegria na Escola*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. O autor propõe uma reflexão sobre como a escola pode ser um ambiente prazeroso e estimulante para o aprendizado, enfatizando a importância da alegria e da motivação no processo educativo.

19. Ata de Aprovação

ATA DE APROVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICPAL PAULO GONTIJO

CRISTALINA GOIÁS ABRIL DE 2025

Aos 04 dias do mês de abril do ano de 2025, reuniram – se direção, professores, funcionários, alunos e pais da Escola Municipal Paulo Gontijo para análise e aprovação do Projeto Político Pedagógico para o ano de 2025. Ressalta-se que a elaboração do mesmo se deu de forma coletiva e participativa dos componentes da comunidade escolar com a intenção da escola e seus profissionais realizarem um trabalho de qualidade, resultante de reflexões e questionamentos dos profissionais sobre o que ''e a escola hoje e o que poderá a vir a ser. Foram discutidas as fraquezas, ameaças, oportunidades e forças da instituição bem como verificados os resultados das avaliações externas e fluxo do ano de 2024 para que servissem de diagnósticos orientadores para a elaboração do Plano de Ação Coletiva 2025. Desta forma o Projeto Pedag´gogico expressa a identidade da escola como uma instituição que tem personalidade própria, por refletir o pensamento do seu coletivo, levando em consideração as práticas e necessidades da educação escolar, as diretizez nacionais e s normas, regulamentos e orientações curriculars e metodológicas do Sistema a Municipal de Educação, garantindo o acesso e permanência, com sucesso, do aluno na escola; gestão democrática; qualidade de ensino; organização e integração curricular; integração escolar/família/comunidade e autonomia.

NOME COMPLETO DOS PARTICIPANTES	CARGO QUE OCUPA	ASSINATURA
ARRISSOMIA GONÇALVES TEIXEIRA CARDOSO	PROFESSORA PII	Arrissomia Gonçalves Teixeira
BERTA CATARINA DOS SANTOS LIMA	PROFESSORA PII	Berta Catarina dos Santos Lima
ELIETE PEREIRA DE SOUSA	PROFESSORA PII	
JOSE DOS SANTOS PEREIRA	VIGILANTE NOTURNO	
LEONARDO ARGENT THOMPSON JUNIOR	PROFESSOR PII	Leonardo Argent T. Júnior
MARIA IVANETE BRITO RODRIGUES	PROFESSORA PII	Maria Ivanete Brito Rodrigues
RENATA MARIA DOS SANTOS	COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA	Renata Maria dos Santos
LUCINEI FRANCISCA DOS SANTOS DE SÁ	ASG	Lucinei F. dos Santos de Sá
SOLANGE LUIZ DOS SANTOS	PROFESSORA PII	Solange Luiz dos Santos Paiva
ANDERSON EZEQUIEL GONCALVES	VIGILANTE NOTURNO	
VANIA MARCIA FREITAS SOARES	SECRETARIA GERAL	
SILEIDE FERREIRA NUNES	PROFESSORA PII	Sileide Ferreira Nunes
GRACIELE XAVIER GONCALVES	DIRETORA	Graciele Xavier Gonçalves
SHEYLA APARECIDA PEREIRA DE FARIAS NASCIMENTO	PROFESSORA PII	
DANIELA DA SILVA MARTINS	PROFESSORA PII	
MARIA TEREZA ALVES GOMES BRAUNA	PROFESSORA PII	
QUEILA MADALENA PAULISTA CALCADO	ASG	Queila M. P. Calçado
LAYNARA ALISSON SOUZA DOS ANJOS	ASG	Laynara Alisson Souza dos Anjos
MARIA ALICE DOS SANTOS DE SÁ	ASG	
DANIELE DE SOUSA FERNANDES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Daniele de S Fernandes
LEIA SANTOS ARAÚJO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	

Escola Municipal Paulo Gontijo
Assentamento Vista Alegre
Lei de Criação e Denominação nº 1775
de 29/11/2005
Renovação de Autorização de Funcionamento
Res CME 120 de 30 de Novembro de 2022

Graciele Xavier Gonçalves
Diretora
Decreto nº 25.781 de 14/12/2014
Autorização CME Nº 14/2025

20. Anexos

Secretaria Municipal de
EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO

Relatório de Análise do Projeto Político Pedagógico

Foi realizada a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Paroquial São Vicente de Paulo para o ano letivo de 2025, documento essencial para nortear a organização e o funcionamento da instituição. O PPP apresenta a identidade da unidade escolar, incluindo sua história, missão e dados institucionais, além de traçar um diagnóstico detalhado da realidade educacional e estabelecer diretrizes pedagógicas e administrativas que garantam um ensino de qualidade.

O diagnóstico institucional contempla informações sobre o desempenho acadêmico dos estudantes, fluxo escolar, distorção idade-série, IDEB e metas estabelecidas. A partir dessa análise, foram identificados pontos de atenção que orientam a formulação de estratégias pedagógicas e ações de intervenção. Destaca-se a avaliação Saego Alfa, que permite um diagnóstico detalhado do nível de alfabetização dos alunos, fornecendo subsídios para a criação de iniciativas voltadas à melhoria do processo de aprendizagem. Além disso, a Avaliação de Fluência Leitora possibilita um acompanhamento preciso da evolução dos estudantes na leitura, analisando percentuais de entrada e saída, de modo a garantir intervenções eficazes para o aprimoramento da competência leitora. Os resultados finais do ano anterior também foram examinados, fornecendo um panorama da progressão dos alunos e orientando a formulação de medidas pedagógicas para fortalecer o ensino.

A aplicação da Análise SWOT possibilitou uma visão estratégica da escola, identificando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. A partir desse levantamento, foram traçadas ações que potencializam os pontos fortes da instituição, minimizam os desafios internos, aproveitam oportunidades externas e enfrentam riscos que possam comprometer o desempenho educacional. Dessa forma, essa abordagem orienta um planejamento escolar mais eficiente e alinhado às necessidades da comunidade escolar.

O PPP também define objetivos gerais e específicos alinhados à missão da escola e fundamentados nos princípios legais que regem a educação básica. O documento está em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelece os princípios e fins da educação brasileira. Além disso, atende à Lei nº 11.274/2006, que regulamenta o ensino fundamental de nove anos com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade, e à Lei nº 12.796/2013, que alterou a LDB para tornar obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos quatro anos de idade, incluindo a educação especial como modalidade a ser ofertada preferencialmente

na rede regular de ensino. O documento também está respaldado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que assegura os direitos dos estudantes no ambiente escolar.

A proposta curricular da escola está organizada de acordo com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as normativas do Conselho Municipal de Educação, garantindo que as aprendizagens essenciais sejam asseguradas. O currículo contempla a Educação Infantil, voltada ao desenvolvimento integral das crianças; o Ensino Fundamental, estruturado para atender às demandas cognitivas e socioemocionais dos alunos. Além disso, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é disponibilizado para garantir a inclusão e a equidade no ensino.

No que se refere à estrutura e funcionamento da instituição, o PPP descreve a organização administrativa e pedagógica, os espaços físicos, as instalações e os equipamentos disponíveis, a composição das turmas e a participação discente. Também apresenta as diretrizes do regimento escolar e do conselho de classe, que regulam as práticas institucionais. A equipe de recursos humanos é detalhada, destacando a atuação de gestores, docentes, auxiliares administrativos e profissionais de serviços gerais na manutenção do funcionamento da escola.

A avaliação do desempenho dos alunos segue critérios bem definidos, assegurando um acompanhamento contínuo da aprendizagem. O PPP contempla estratégias de Recuperação Paralela, aplicada ao longo do ano letivo para reforçar conteúdos; Recuperação Especial, direcionada aos estudantes que apresentam dificuldades significativas; e Progressão Parcial, que permite ao aluno avançar para a série seguinte enquanto recebe suporte pedagógico adicional.

gov.br
Documento assinado digitalmente
MARTA RIBEIRO DA SILVA COSTA
Data: 12/05/2025 17:23:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br